

VOLUME 22

Crítica à Economia Verde

Impulsos para um Futuro Socioambiental Justo

Barbara Unmüßig, Wolfgang Sachs e Thomas Fatheuer



CRÍTICA À ECONOMIA VERDE

HEINRICH BÖLL STIFTUNG
PUBLICAÇÃO DA SÉRIE ECOLOGIA
VOLUME 22

Crítica à Economia Verde

Impulsos para um Futuro Socioambiental Justo

Barbara Unmüßig, Wolfgang Sachs e Thomas Fatheuer

Uma publicação da Fundação Heinrich Böll

Sobre os autores

Barbara Unmüßig é presidenta da Fundação Heinrich Böll desde 2002. Seus estudos abrangem os temas globalização, mudança do clima, questão de gênero em nível nacional e internacional, promoção da economia e prevenção de crises. Em 1991 e 1992, coordenou o núcleo de projetos UNCED do DNR (Deutscher Naturschutzring) e do BUND (Bund für Umwelt und Naturschutz Deutschland) durante os preparativos da Cúpula da Terra em 1992.

Dr. Thomas Fatheuer formou-se em Ciências Sociais e Filologia Clássica em Münster. Morou no Brasil de 2002 a 2010 e foi diretor do escritório da Fundação Heinrich Böll no Rio de Janeiro. Desde 2011, trabalha como consultor e escritor em Berlim.

Dr. Wolfgang Sachs é formado em Teologia, Sociologia e História. Trabalhou no Instituto do Clima, Meio Ambiente e de Energia de Wuppertal, foi professor convidado no Schumacher College na Inglaterra, além de professor honorário na Universidade de Kassel. Membro do Clube de Roma. Tem diversas publicações na Alemanha e no exterior sobre meio ambiente, globalização e novos modelos de bem-estar.

Sobre a tradutora

Kristina Michahelles é tradutora e jornalista especializada em economia e meio ambiente. Foi editora do Caderno Ecologia do Jornal do Brasil durante a Rio 92 e colunista de Meio Ambiente.



Publicação editada conforme as condições de Creative-Commons: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/de/>. É permitido baixar uma versão eletrônica, reproduzir a publicação, divulgá-la e torná-la pública, sob a condição de que o nome do autor e detentor dos direitos seja indicado (o que não

deve causar a impressão de que está se pagando pela utilização da obra nem sugerir que este o apoia ou subscreve o seu uso do trabalho). Nenhum uso comercial: esta obra não pode ser utilizada para fins comerciais. Nenhuma edição: esta obra não pode ser editada ou transformada de alguma forma.

Crítica à Economia Verde

Impulsos para um Futuro Socioambiental Justo

Barbara Unmüßig, Wolfgang Sachs e Thomas Fatheuer

Volume 22 da série Ecologia

Publicado pela Heinrich-Böll-Stiftung 2012

Tradução: Kristina Michahelles

Projeto gráfico: Blotto Design

Diagramação: CravoRosa Design Estúdio

Foto da capa: Landov MCT 5003040, dpa (Usina de etanol no Brasil)

Impressão: Grupo Smart Printer

ISBN 978-85-62669-04-0

Para solicitar esta publicação, entre em contato com: Fundação Heinrich Böll, Rua da Glória, 190, sala 701, Glória, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20.241-180

T +55 21 3221-9900 **F** +55 21 3221-9922 **E** info@br.boell.org **W** www.br.boell.org

ÍNDICE

Prefácio	7
Brasil, país emergente entre a riqueza e a exploração	9
O fim do neoliberalismo e a precária consolidação	9
O milagre latino-americano	10
O <i>boom</i> das matérias-primas, a base do sucesso	11
Sempre Amazônia	12
Do Rio ao Rio	15
Negociações emperradas	15
Novas constelações de interesses e de poder	16
A fé equivocada no desenvolvimento	17
Fugindo à responsabilidade	18
O preço ambiental da globalização	19
O sonho da mudança de rumos	20
Economia verde, a nova promessa	22
Economia verde segundo o PNUMA	23
Monetarização da natureza: uma saída para a crise dos ecossistemas?	24
Crescimento verde segundo a OCDE	26
Bioeconomia: a ascensão dos <i>biomasters</i>	27
Tecnologia e eficiência enquanto panaceia	30
Direitos humanos: uma mancha branca	32
Os contornos de uma economia moderada	35
Economia da “suficiência”	35
<i>Social commons</i> (bens comuns sociais) enquanto fator econômico	38
Bem-estar na diversidade	42
Bibliografia	46

PREFÁCIO

A primeira conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em 1992 no Rio de Janeiro chegou a ser considerada um marco para a política ambiental. Mas ela não significou o início de uma verdadeira mudança rumo ao futuro sustentável em termos socioambientais. De lá para cá, todas as importantes tendências globais ecológicas só fizeram piorar em vez de melhorar. As decisões políticas e econômicas pouco são influenciadas por mudanças climáticas, perdas na biodiversidade ou escassez de recursos. Este ensaio descreve os motivos pelos quais não se pode esperar da próxima Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável, mais uma vez no Rio de Janeiro, uma transformação profunda no pensamento das elites econômicas e políticas.

As mudanças climáticas, a escassez de recursos, a perda dos ecossistemas e da diversidade biológica necessitam de ação rápida e objetivos com prioridades claras. Mas a conferência Rio+20 traz nitidamente à tona imensos dilemas. O combate à pobreza continua sendo pensado nas clássicas categorias de crescimento e desenvolvimento. Mas as mudanças climáticas e a crescente escassez de recursos pedem limites, moderação e contenção em escala global. Faz-se necessária uma nova “grande transformação”, um novo contrato social entre todas as nações, que aceite os limites planetários e almeje um desenvolvimento orientado pelos direitos humanos. Entretanto, em vez disso, recebemos respostas macroeconômicas tradicionais que não resolvem o problema.

Tudo indica que, passados 20 anos da primeira Cúpula da Terra, continuaremos sonhando que os chefes de Estado e de governo do mundo inteiro finalmente levem a sério os limites planetários e introduzam os passos necessários a um mundo de baixo carbono, eficiente em recursos e mais justo. Neste ensaio, queremos focar naquilo que deveria ser dito (mas não será) no Rio. Os limites planetários precisam de passos corajosos e radicais para uma transformação global. A economia verde é tida como nova promessa para “o futuro que queremos”, lema da Rio+20. Ela será negociada pela primeira vez em nível internacional durante a conferência Rio+20. Mas uma polêmica ardente envolve este conceito, sua definição, o que deveria ser. Nesse sentido, o que espera o leitor é uma discussão crítica dos conceitos centrais que envolvem a economia verde e que sempre colocam o aspecto econômico no cerne de todos os debates sobre um futuro sustentável. É certo que só conseguiremos salvar o planeta se trabalharmos com a economia, e não *contra* ela. Mas será que ela está de fato no centro de todas as soluções? Queremos estimular a reflexão crítica sobre os conceitos existentes e apontar alternativas. Em todos os conceitos de economia verde, a tecnologia e a eficiência assumem um papel proeminente. Mas devemos

perguntar: Para quê e para quem? Nem tudo o que é “verde” e eficiente é também ecologicamente sustentável e socialmente justo. Precisaremos da eficiência e da proteção dos recursos, assim como de uma política do “menos”, se quisermos que os recursos e a atmosfera sejam suficientes para todas as pessoas terem uma vida digna e sem miséria na Terra. Eficiência, consistência, suficiência e direitos humanos são elementos de uma economia verde, de um bem-estar com moderação. Os autores já se empenharam durante a primeira cúpula na Rio 92 em termos políticos, científicos e editoriais. Aquela conferência marcou nosso modo de pensar e de agir, assim como de muita gente. Somos realistas face ao estado ecológico do planeta e das constelações econômicas e políticas de poder e interesse no mundo, que não apontam exatamente para uma grande transformação. Mas ao mesmo tempo estamos otimistas porque acreditamos na vontade e na força das pessoas de lutar pelo seu bem-estar e sua liberdade – por um “*Buen Vivir*”!

Berlim, maio de 2012

Barbara Unmüßig
Presidenta da Fundação Heinrich Böll

Brasil, país emergente entre a riqueza e a exploração

Quem esteve no Brasil pela última vez em 1992 terá uma grata surpresa em 2012. Ao longo desses 20 anos, o país e o continente vivenciaram profundas mudanças. E o Brasil incorporou as dimensões globais dessa evolução: antes um país devedor sacudido por crises, tornou-se um “global player” cheio de autoestima. O eterno país do futuro parece ter finalmente encontrado o seu presente. O Brasil já se tornou a sexta economia do mundo, tendo ultrapassado a Grã-Bretanha. “Finalmente, uma potência mundial”, diz a manchete da edição alemã do jornal *Financial Times*, sintetizando a maneira como o próprio Brasil se enxerga. No entanto, nem todos os velhos fantasmas, como os debates em torno de megabarragens e a destruição da floresta tropical, foram definitivamente banidos.

A destruição da floresta amazônica continua gerando debates acalorados e a pergunta pelo custo ambiental do progresso nunca foi tão atual. O retrospecto dos últimos 20 anos mostra uma curiosa falta de transparência.

O fim do neoliberalismo e a precária consolidação

Em 1992, o presidente Fernando Collor cumprimentou no Rio de Janeiro os chefes de Estado e de governo do mundo inteiro. No final daquele ano, perderia seu cargo, acusado de corrupção. Depois dos anos da ditadura militar e de um longo período de transição, Collor fora o primeiro presidente do Brasil eleito pelo voto direto. Sua agenda política e os debates eram dominados por dois temas: o combate à inflação e as reformas neoliberais. Em 1992, fracassara o primeiro plano de estabilização do governo (Plano Collor), levando a inflação a inacreditáveis 1.131%. O país foi lançado em uma nova recessão, o que tinha um sabor especialmente amargo depois dos anos 1980, considerados a década perdida da América Latina. Em 1992, o PIB per capital do Brasil não chegava a 90% do índice de 1980. Na vizinha Argentina, o retrocesso chegou a ser ainda mais dramático. Um olhar sobre a paisagem política também é desanimador. O Peru era governado por Fujimori, a Argentina, por Carlos Menem. O continente era marcado por figuras autoritárias e populistas, bem como por guerras civis no Peru e na Colômbia. Ainda longe dos holofotes do mundo, um jovem oficial de nome Hugo Chávez amargava a prisão na Venezuela depois de uma tentativa fracassada de golpe.

Ao mesmo tempo, os tigres asiáticos seguiam atraindo a atenção mundial. A

Coreia do Sul e Taiwan acumulavam histórias de sucesso de desenvolvimento, enquanto a América Latina parecia o continente perdido por excelência. Neste contexto, a agenda neoliberal não podia nem colher êxitos de curto prazo, nem apontar para perspectivas de longo prazo. Mesmo assim, influenciou o continente de forma duradoura. Nos anos 1990, importantes empresas públicas foram privatizadas no Brasil e nos outros principais países da América do Sul. O alcance das privatizações difere de país para país, mas no final do processo a área de telecomunicações foi inteiramente privatizada. Nos setores de bancos e mineração, o número de empresas estatais também caiu substancialmente. É verdade que em quase todos os países a onda de liberalização esbarrou em fortes reações contrárias, freando em quase toda parte as reformas neoliberais. Assim, os dois maiores bancos brasileiros e a Petrobras continuaram nas mãos do Estado.

O milagre latino-americano

Em 2012, o contraste com 1992 não poderia ser maior. Depois de uma difícil fase de consolidação durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), começa um continuado período de bonança econômica no mandato do presidente Lula. Programas de distribuição de renda condicionada para os mais pobres, como o Bolsa Família, e um sistemático aumento do valor do salário mínimo produzem uma impressionante redução da pobreza. Essa história de sucesso se repete por todo o continente. A participação de pobres na população da América do Sul caiu 17% entre 1990 e 2010, enquanto a pobreza extrema caiu de 22,6% para 12,3% da população total.

Velhos temas quase caíram no esquecimento. De grande deverdor, o Brasil se tornou credor líquido. A inflação está controlada e a economia cresce continuamente. Em 2010, o crescimento do PIB atingiu o nível recorde de 7,5%. O milagre econômico contribuiu para uma estabilidade política pouco usual para o continente. Lula foi reeleito e conseguiu emplacar a sua candidata, Dilma Rousseff, para sucedê-lo em 2010. Em outros países do continente, outros presidentes também foram confirmados no poder por reeleição.

É notável que essa incrível estabilização e recuperação da América Latina coincidam com um desenvolvimento político visto como uma guinada para a esquerda. A maioria dos países do continente é administrada por governos “progressistas”. Principalmente Hugo Chávez e Evo Morales têm sido percebidos mundialmente como protagonistas de uma recusa ostensiva ao receituário neoliberal. Também o Brasil surge como protagonista de uma agenda pós-neoliberalismo. O Estado é usado como motor de uma política ativa de desenvolvimento, as privatizações são sustadas e os bancos públicos se tornam um importante instrumento de planejamento. Estado ativo + crescimento econômico + redistribuição, eis a fórmula do modelo de sucesso brasileiro.

Boom das matérias-primas, a base do sucesso

Mas a base da bonança na América Latina é a economia predatória. O crescimento depende fortemente de um novo *boom* das matérias-primas. Petróleo, gás, mineração e exportação de produtos agrícolas encheram os cofres dos Estados da América Latina. Essa tendência tem sido chamada de “neoextrativismo”. A dependência do continente em relação às exportações de matérias-primas é um assunto antigo. Mas o prefixo “neo” também é importante, pois os governos de esquerda usaram os lucros do novo *boom* de matérias-primas para promover suas políticas sociais. Basta um dado para ilustrar o alcance desse *boom*. Entre 2004 e 2008, as exportações originadas de atividades mineradoras dos países do Mercosul, mais Chile, saltaram de US\$20 bilhões para US\$58 bilhões.

No passado, a esquerda sul-americana criticava fortemente a economia baseada em extrativismo, mas hoje a defende como componente inevitável para o desenvolvimento e o combate à pobreza. Mais: afirma que o país governado por ela se torna mais eficiente. E engrena num discurso de modernização que enaltece o sucesso empresarial e comercial, além do uso de inovações científico-tecnológicas, colocando em primeiro plano um benefício para toda a sociedade, principalmente no que diz respeito ao consumo (ver Gudynas 2011).

A legitimidade dos governos de esquerda na América do Sul se fundamenta, portanto, em uma combinação de extrativismo com redistribuição de renda. Isso está sendo percebido como modelo de sucesso tanto pelos governantes quanto por largas fatias da população. Não admira que muitos governos na América Latina e as forças que eles representam desconfiem profundamente do discurso de uma economia verde, pois farejam o perigo que sua rota de sucesso possa ser barrada por contingenciamentos verdes. No Brasil, a extração de petróleo também tem um papel importante, mas o fator principal do *boom* baseado nas exportações é o setor agrícola. A soja, o complexo sucroalcooleiro (açúcar e etanol), a carne e o minério de ferro são os principais produtos de exportação do Brasil. A participação das matérias-primas ou de produtos semimanufaturados (alumínio, celulose) nas exportações cresceu nitidamente nos últimos anos. De 2005 a 2011, a participação de produtos industrializados nas exportações caiu de 80% para 59%. No mesmo período, a exportação de produtos minerais e agrícolas subiu para 41%.

Esta “reprimarização” das exportações é vista com preocupação até mesmo nos círculos governamentais. Mas de forma geral eles mesmos veem nisso uma janela de oportunidades que precisa ser aproveitada a fim de permitir melhorias estruturais de longo prazo através de investimentos em infraestrutura e educação. Portanto, como diz no hino nacional, o Brasil-potência é um “gigante pela própria natureza”. A dependência do modelo brasileiro de desenvolvimento em relação à natureza ainda é reforçada pelo setor energético. Cerca de 80% do consumo de energia elétrica é de origem hidráulica. E nenhum outro país do mundo investiu de maneira tão consequente e bem-sucedida na ampliação da

oferta de biocombustíveis como o Brasil.

O governo brasileiro tenta apresentar precisamente este modelo energético baseado em fontes de energia pobres em emissões e matérias-primas renováveis como sendo a sua versão de uma economia verde. Mas com isso entramos num campo minado, bem diferente do que ocorria em 1992. O foco da política de meio ambiente internacional sobre as emissões de CO₂, no âmbito das negociações do clima, sustentou opções de desenvolvimento que geram outros conflitos socioambientais, estes obviamente ligados à questão do uso da terra. Assim, a crescente expansão do plantio de cana-de-açúcar (para produção de etanol) e as monoculturas de soja expulsam a pecuária para a Amazônia, gerando mais destruição de ecossistemas. Velhos fantasmas ressurgem em nova roupagem.

Sempre a Amazônia

Não fosse a Amazônia, até que o Brasil poderia se apresentar à opinião pública mundial como país-modelo de uma economia verde. Em 1992, o desmatamento da maior floresta tropical úmida do mundo estava no foco do interesse internacional pelo Brasil devido aos acontecimentos dos anos anteriores. Em dezembro 1988, o mundo se chocou com o assassinato de Chico Mendes. Com suas ações contra os desmatamentos, o líder do movimento dos seringueiros tornou-se um ícone global na luta contra a destruição da floresta. Em 1989, um protesto contra uma megabarragem no Rio Xingu chamou a atenção mundialmente. Povos indígenas passaram a ser vistos internacionalmente enquanto atores e conseguiram muita coisa: os projetos de construção de novas barragens foram adiados, o Banco Mundial reviu um crédito de US\$500 milhões para o setor de energia e os ambiciosos planos do governo de construir 40 barragens na Amazônia até 2010 também foram engavetados.

A Amazônia se tornou símbolo de um desenvolvimento fracassado à custa do meio ambiente. Em reação a isso, o presidente Collor nomeou para o cargo de ministro do Meio Ambiente José Lutzenberger, um ambientalista de renome internacional. Em entrevista ao semanário alemão *Der Spiegel*, em março de 1990, Lutzenberger disse que o presidente Collor queria “tirar o Brasil do banco dos réus, onde ele está hoje com justa razão”. E acrescentou: “O que ocorre hoje na Amazônia é uma guerra, um saque. Uma coalizão de latifundiários e multinacionais está saqueando os recursos do país à custa das populações locais e da natureza. Estão roubando os direitos humanos dos indígenas e seringueiros”. Uma sentença amarga na boca de um representante oficial do governo. Lutzenberger não aguentou ficar no cargo nem até a Rio 92.

De lá para cá, muita coisa aconteceu. A política ambiental não se limita mais a uma estratégia de marketing, mas é parte estabelecida e profissionalizada do sistema político e jurídico do Brasil. Num primeiro momento, Lula também tentou colocar uma ativista ambiental carismática no cargo de ministra. Marina Silva, companheira de luta de Chico Mendes, foi a primeira nomeação anunciada pelo novo presidente depois de sua eleição, em 2002, revelando a preocupação com a imagem do Brasil no

exterior. Marina conseguiu ficar no cargo durante seis anos, mas depois sucumbiu às pressões sobre o Ministério do Meio Ambiente relativas aos megaprojetos e ao crescimento econômico. Em 2010, Marina Silva conseguiu 20% dos votos como candidata do Partido Verde na eleição presidencial, um claro sinal de que a questão ambiental se transformou em um tema socialmente importante.

Hoje, o Brasil é representado pela ministra Izabella Teixeira e uma nova geração de políticos ambientais. A ministra foi formada e se profissionalizou na área ambiental. Representa a transição de uma defesa heroica do meio ambiente para uma política de proteção ambiental pragmática que, segundo suas palavras, não quer mais evitar projetos polêmicos, e sim condicioná-los. Na Rio+20, ela quer apresentar à opinião pública uma história de sucesso. De fato, a destruição das florestas na Amazônia regrediu nitidamente ao longo dos últimos anos. Em Copenhague, o Brasil anunciou a meta de reduzir o desmatamento na Amazônia em 80% até o ano de 2020.

Mas não parece estar acontecendo um verdadeiro sucesso. Às vésperas da Rio+20, o Brasil está dividido em torno de um novo Código Florestal. A lei anistia desmatamentos ilegais do passado e flexibiliza as regras existentes. As ONGs brasileiras e movimentos sociais veem no projeto de lei um estímulo para a destruição da floresta. Por isso, iniciaram uma campanha internacional contra a aprovação da lei, por um veto da presidente Dilma. Assim, mais um tema polêmico estará na agenda no Rio em junho de 2012.

Foi precisamente o governo Lula que rompeu o tabu de construir novas megabarragens na Amazônia. Duas estão sendo erguidas no Rio Madeira, enquanto no Xingu foram ressuscitados os planos adiados em 1989. E no meio da região amazônica começam as obras da terceira maior barragem do mundo, Belo Monte. O projeto se transformou em uma polêmica internacional. Mas o governo brasileiro insiste que o futuro da geração de energia no Brasil está situado na Amazônia. Enquanto o potencial para usinas hidrelétricas nas proximidades dos grandes centros industriais está praticamente esgotado, o governo vislumbra grandes oportunidades de futuro na região. De acordo com o novo Plano Decenal de Expansão de Energia Elétrica, em toda região deverão surgir 28 novas hidrelétricas até 2017.

De acordo com a organização International Rivers, há planos para a construção de mais de 60 barragens na região amazônica brasileira. Ainda que o uso desse potencial dependa de muitos fatores, é evidente que a Amazônia virou a região-chave para as perspectivas de crescimento no Brasil. Também se tornou o “Eldorado hidrelétrico” do país, nas palavras de Raul do Vale, do Instituto Socioambiental.

A importância central da região para o modelo de desenvolvimento do atual governo está claramente revelada nas prioridades do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). Até 2020, os investimentos na região devem chegar à inacreditável soma de R\$212 bilhões. Energia, transportes e mineração são as prioridades para transformar a Amazônia em um “motor do crescimento”, segundo o jornal *Folha de São Paulo*. Como compatibilizar essas perspectivas com a preservação da mata tropical úmida, eis uma questão que divide as

opiniões no Brasil. Portanto, os velhos fantasmas ressuscitaram, mas mudaram de rosto. A discussão não é mais “economia verde” versus “economia marrom”. A própria economia verde virou campo de acaloradas discussões.

O governo brasileiro gosta de se referir aos biocombustíveis e à energia hidrelétrica como contribuição a uma economia verde e de baixo carbono, o que é alvo de fortes críticas por parte de ambientalistas e movimentos sociais. O setor agrário não é mais representado pela velha guarda de latifundiários, mas evoluiu para um ramo econômico ultramoderno e produtivo. Assim, a cadeia de frigoríficos JBS Friboi, segundo suas próprias palavras, tornou-se o maior produtor de proteínas animais do mundo. Este *agrobusiness* é politicamente influente e se tornou um importante apoio do governo, tendo aprendido a usar o discurso ambiental. Hoje em dia, atores como o setor brasileiro de açúcar e etanol participam das conferências ambientais com bastante investimento e força lobística. E o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, atualmente um eloquente defensor do *agrobusiness*, talvez esteja entre as figuras públicas que mais propagam as chances da economia verde no Brasil, afirmando que o país poderá liderar o projeto global da economia verde – à base da ampliação dos biocombustíveis e da hidreletricidade.

Mas esses defensores de uma economia verde reforçam os receios das ONGs e dos movimentos sociais. Entre o ceticismo da antiga esquerda e novos porta-vozes duvidosos, sobra pouco espaço para pelo menos considerar a economia verde como um ponto de partida. Aqui se manifesta uma diferença fundamental com a Rio 92. Enquanto, há 20 anos, o velho contraste entre meio ambiente e desenvolvimento foi resolvido pelo menos no discurso, agora as ideias “verdes” perderam sua inocência e se tornaram palco de conceitos antagônicos entre si. O mundo de hoje ficou ainda mais difícil de compreender. É o que demonstra, com toda a clareza, o exemplo brasileiro.

Do Rio ao Rio

Muita gente considera a Conferência das Nações Unidas para Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 um acontecimento quase mítico. Isso é tapar o sol com a peneira. O movimento ambiental e desenvolvimentista internacional reunido na Cúpula da Terra no Rio em 1992 não saudou os resultados de maneira unânime. Em pouco tempo, ficou claro que a Rio 92 não foi a virada histórica rumo a uma política ambiental e de justiça em nível global. Os esperados dividendos em termos de paz não vieram. Ao contrário: depois do fim dos conflitos Oeste x Leste, a Rio 92 evidenciou pela primeira vez, sob os holofotes do mundo inteiro, os imensos contrastes de interesses e as linhas de conflito entre o Norte e o Sul no seio da OCDE (países industrializados) e do G77+ (clube dos países emergentes e em desenvolvimento). Mostrou abertamente os inúmeros interesses particulares nacionais e econômicos. Essas contradições conceituais e muitos compromissos determinaram a agenda e as decisões da reunião.

Negociações emperradas

O objetivo era que a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas assinada no Rio de Janeiro já contivesse metas concretas de redução de CO₂. Mas isso fracassou por causa do veto dos EUA. A ideia de adotar a convenção mesmo sem o apoio norte-americano é uma amarga lembrança quando pensamos em como são difíceis as atuais negociações em torno da proteção multilateral ao clima. A Convenção para a Proteção da Diversidade Biológica obriga a proteger ecossistemas, espécies e diversidade genética. Mas até hoje não foi ratificada pelos EUA. A perda da diversidade biológica continua numa velocidade desenfreada. A concentração do saber genético nas mãos de algumas poucas empresas (através de prospecção, patentes, etc.) não foi barrada. A Convenção de Combate à Desertificação, na época uma concessão aos países em desenvolvimento, não tem importância e, sobretudo, efeito algum.

Apesar de tudo, todas essas convenções de 1992 criaram um importante marco jurídico vinculante do Direito Internacional, o que fez com que, pela primeira vez, começasse a se trabalhar as crises climáticas e ambientais em um contexto de negociação multilateral. A Agenda 21, um compêndio de 300 páginas, descreve campos concretos de ação e aponta caminhos para ultrapassar a pobreza e a desigualdade por meio do desenvolvimento sustentável ao mesmo tempo em que garante a proteção das bases ambientais de subsistência. A Agenda 21 foi um impulso para muitas iniciativas comunitárias através das agendas 21 locais. As

pessoas reivindicavam localmente a participação em uma política comunitária mais justa e mais ambiental. Algumas alianças entre cidades e municípios, até mesmo transnacionais, subsistem até hoje.

Infelizmente, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (2000) não se basearam neste plano de ação de 1992 e, no que se refere aos objetivos ambientais, representam até mesmo um retrocesso em relação ao que se conseguiu na Rio 92. No que tange à desigualdade socioambiental e à pobreza no globo, lamentavelmente as tendências não mudaram, apesar de substanciais diferenças regionais. Os 20% mais pobres da população mundial disputam apenas 2% da riqueza global. E ainda são cerca de 25% da população mundial os responsáveis por três quartos das emissões mundiais de CO₂, sendo que a participação dos países emergentes aumentou. Para um terço da população mundial que vive diretamente dos recursos naturais, as condições de vida pioraram em vez de melhorarem nos últimos 20 anos por causa das mudanças climáticas, da erosão dos solos, da escassez de água, do desmatamento, da perda de biodiversidade e do confisco de terras.

A Declaração do Rio dos chefes de Estado e de governo, finalmente, contém orientações ambientais importantes para a ação econômica, bem como os princípios da precaução e do poluidor-pagador. O problema é que eles não são cumpridos de forma suficientemente coerente. Caso contrário, nos últimos 20 anos teriam sido registradas muito menos destruição ambiental e poluição da biosfera e da atmosfera.

O que mais mudou ao longo dos últimos 20 anos foi a geografia econômica do mundo. É verdade que as constelações de interesses e conflitos já eram bem mais complicadas durante a Rio 92 do que muitos admitem. Mesmo assim, a Rio 92 ainda era marcada pelo velho conflito Norte-Sul. O poder negociador dos países industrializados tinha poucas fissuras. Seu principal objetivo era tentar integrar melhor os crescentes problemas ambientais transnacionais no contexto das Nações Unidas.

Os países em desenvolvimento impuseram a condição de que o “desenvolvimento” fosse a segunda palavra importante da Rio 92, ao lado de meio ambiente. A retórica da *Declaração do Rio* pende mais para o desenvolvimento do que para o meio ambiente. Nela, defendeu-se novamente o “direito ao desenvolvimento” e usou-se muita diplomacia para que não restasse nenhuma frase que pudesse ser interpretada como obstáculo a isso. Esse compromisso veio ao encontro dos países industrializados e em desenvolvimento, já que, a despeito da crise ambiental, fez com que os negócios pudessem continuar sendo feitos. Esse *business as usual* é lamentado hoje em qualquer relatório sobre o estado do meio ambiente global. Por isso, precisa ser superado.

Novas constelações de interesses e de poder

As categorias políticas “Norte” e “Sul” hoje em dia se aplicam menos ainda do que em 1992. A globalização econômica inutilizou essa diferenciação, mesmo que ela

sempre volte a ser utilizada no pôquer político das negociações internacionais, dependendo dos interesses, principalmente dos países emergentes.

Brasil, China e Índia representam a grande corrida dos países emergentes pelo tempo perdido. Na reunião de cúpula do Rio em 1992, a China ainda nem aparecia como ator importante, ou então se escondia no Grupo dos 77+. Mas a economia chinesa cresce desde os anos 1980 a uma média de 10% ao ano. No início, cresceu quase que exclusivamente baseada em um desenvolvimento fóssil e de matérias-primas. E se mirou no exemplo dos sistemas de produção e de consumo do Norte. O mesmo vale para o Brasil, mas bem menos para a Índia. Só por essa razão, as constelações de interesse e de poder já não são mais as mesmas de 1992. A crescente importância econômica dos países emergentes tem influência nos processos decisórios e nesse meio-tempo, também na maioria dos foros políticos multilaterais e instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial. Mas esse aumento de poder político não significa efeitos benéficos sobre um rumo mais amigável em termos de clima, recursos ou sociedade. Os governos dos países emergentes fazem tudo para não adotar limites para o consumo de recursos ou as emissões de qualquer espécie. A maioria dos velhos países industriais nunca restringiu em termos absolutos suas emissões ou seu consumo de recursos. Vinte anos depois, não podem ser considerados exemplos e se acham hoje em meio à maior crise econômica e financeira desde a Segunda Guerra Mundial.

A fé equivocada no desenvolvimento

Olhando retrospectivamente para a Cúpula da Terra de 1992 vislumbra-se um erro fatal, porém inevitável em termos históricos: nunca se questionou na época o conceito de “desenvolvimento enquanto crescimento”. A própria conferência já portava o título programático de “meio ambiente e desenvolvimento”, e a *Declaração do Rio* acabou proclamando o conceito de “desenvolvimento sustentável”.

Por mais importante que seja nomear as interdependências positivas entre meio ambiente e desenvolvimento, é importante saber que não são isentas de contradições. A ambiguidade do conceito de desenvolvimento esconde o fato de que “desenvolvimento” não necessariamente está em harmonia com “meio ambiente”. De um lado, “desenvolvimento” quer dizer construir arranha-céus, criar espécies altamente modificadas e colocar milhares de carros na rua – o velho tipo de desenvolvimento. De outro lado, significa construir cisternas, erigir hospitais ou facilitar o acesso aos mercados regionais. O conceito de desenvolvimento sustentável deixou em aberto se tratamos do “desenvolvimento enquanto crescimento” ou do “desenvolvimento enquanto justiça”. Quem deve participar, quem deve se aproveitar? Como fazer uma política redistributiva em termos globais, regionais e locais?

O conceito do desenvolvimento sustentável não informa nada sobre isso. Ele é de um vazio monumental. Quando as duas perspectivas de desenvolvimento são embaladas em um conceito, isso só pode gerar confusão e encobrir a verdade. O discurso da reconciliação entre economia e ecologia é um resultado disso. Uma

série de equívocos da tão citada Cúpula da Terra tem sua origem na ambiguidade do conceito de desenvolvimento.

Na Alemanha, a palavra “sustentável” virou moda. Começou a ser aplicada a tudo e qualquer coisa: aposentadorias sustentáveis, orçamentos sustentáveis... Uma expressão qualquer, despida de sua força original emancipatória e inovadora. A intenção original de criar dimensões ambientais, sociais, econômicas e culturais para o futuro das sociedades – não importa se no norte, sul, leste ou oeste – perdeu-se e não foi traduzida em ação política.

Além disso, “desenvolvimento enquanto crescimento” já embutia a ideia de que o Sul desse mundo deve seguir o exemplo do Norte – mais ainda, que os países pobres só têm qualquer perspectiva de sucesso se forcem a transição de uma sociedade agrária para uma moderna pela via da industrialização fóssil.

Todos os acordos da Rio 92 têm duas caras. De um lado, proclamam a transformação ambiental e, de outro, ressaltam a necessidade de crescimento econômico, livre comércio, privatização e desregulamentação. Em dois anos essa ambiguidade se dissolveu: Marrakesh ganhou do Rio. Isso porque os mesmos governos, que no Rio entraram em cena como salvadores da Terra, surgiram em Marrakech como vendedores do planeta. A criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em janeiro de 1995 naquela cidade marroquina tornou obrigatórios compromissos como o livre comércio, cujos efeitos significam uma liquidação ainda mais rápida da herança da natureza.

Os poucos ganhos da Rio 92 foram rapidamente varridos pelas ondas da globalização. Este é o paradoxo do Rio. O Rio foi bom para a retórica, mas os acordos de Marrakech, estes sim, foram postos em prática.

Fugindo à responsabilidade

No Rio de Janeiro, em 1992, afirmou-se pela primeira vez em um documento internacional o princípio da responsabilidade e capacidade comum, porém diferenciada, para a superação das crises social e ambiental. *Todos* os governos assumiram responsabilidade e prometeram justiça – entre as nações, no seio das sociedades e entre as gerações. Esse Princípio do Rio não excluiu nenhum governo da ação coerente. Acertadamente, constata a responsabilidade histórica do Norte pelas crises globais. Consequentemente, os governos dos países industrializados aceitaram assumir a principal parte das transformações estruturais necessárias no que se refere às emissões de CO₂ e ao uso de recursos, adotando ainda um papel de liderança. Seguindo o princípio do apoio solidário, estes países também se dispuseram a ampliar a transferência de tecnologia e a ajuda ao desenvolvimento de uma forma geral. Ao mesmo tempo, os governos do Sul foram desafiados a combater a pobreza, preservando o meio ambiente. Entretanto, este grandioso consenso multilateral ficou emperrado em meio à dinâmica da economia neoliberal. Os países industrializados romperam várias vezes o que foi acordado no Rio. Não reviram seu modelo de expansão. Apesar de todo o aumento da eficiência, os velhos países industrializados jamais deixaram de se apoderar de maneira excessiva

do patrimônio natural global. Não abriram espaço para os países emergentes e em desenvolvimento. E em nenhum outro setor o princípio da responsabilidade conjunta, a divisão de tarefas e as promessas dos principais responsáveis falharam de maneira tão drástica quanto na questão do clima. As emissões de CO₂ dos países industrializados subiram continuamente, em vez de cair.

De uma maneira geral, o Norte ficou com a conta tão negativa que o conflito para distribuir as “sobras” poderá assumir contornos perigosos. Além disso, as prometidas transferências financeiras do Norte estão bem atrasadas em relação às confirmações tantas vezes repetidas (para desenvolvimento e proteção ao clima). Até hoje, o Norte dá muito pouco para realmente poder estar na frente em emissões e uso de recursos.

Por sua vez, os países em desenvolvimento compreenderam equivocadamente a responsabilidade diferenciada, porém compartilhada, como opção para imitar o modelo de produção e de consumo do Norte ou fornecer àqueles países produtos e massa, respectivamente matérias primas e recursos de qualquer espécie. Em vez de levar a sério a recomendação central da Rio 92 – a de que o modelo de produção e consumo ocidental não é globalizável –, aconteceu exatamente o contrário. Atualmente, devoram-se quantidades gigantescas de matérias-primas, terras e energias fósseis. Com a ascensão dos países emergentes, as velhas nações industrializadas começaram a entrar na corrida por recursos cada vez mais escassos. A concorrência aumentou nitidamente pelas novas matérias-primas “críticas”, como o lítio, o coltan (columbita-tantalita) ou o grupo de metais de terras raras. As substâncias da transformação energética são fundamentais para muitas tecnologias do futuro nas áreas das comunicações, dos transportes e militar.

Por tudo isso, as políticas de recursos e matérias-primas há muito tempo deixaram de ser assunto de alguns nichos e ocupam o topo nas agendas políticas dos países industrializados e emergentes. Assegurar o fornecimento de matérias-primas para a produção industrial virou um tema prioritário na política, na indústria e em instituições internacionais, como a Organização Mundial do Comércio.

O preço ambiental da globalização

O preço ambiental da globalização é terrível. Mundialmente, nos últimos anos se registraram os maiores índices de emissão de CO₂, e isso não apenas em países emergentes como a China. Segundo dados da Agência Internacional de Energia, em 2010, as emissões chegaram a um nível recorde de 30,6 gigatoneladas. As negociações multilaterais sobre o clima não mudaram nada dessa realidade, criando uma lacuna gritante, o chamado *gigaton gap*, de até 10 gigatoneladas, número que deve ser reduzido se quisermos chegar pelo menos perto dos objetivos reivindicados pelo Conselho Mundial do Clima: uma redução de no mínimo 25% a 40% para os países industrializados até 2020, comparado aos níveis de 1990.

A demanda global por matérias-primas energéticas (e não energéticas) está gerando aumentos importantes nos preços. Isso torna rentáveis os investimentos em explorações cada vez mais carregadas de risco, caras e predadoras. É o caso

do gás de xisto (*shale gas*) e da extração de petróleo em águas profundas e areias betuminosas (*tar sands* ou *oil sands*). O Canadá é o maior produtor e exportador mundial de petróleo extraído de areias betuminosas. Na província de Alberta, estão surgindo paisagens lunares em uma área do tamanho da Grã-Bretanha. Os produtos químicos e resíduos poluem o meio ambiente. Os índices de câncer entre os nativos aumentam e a produção devora quantidades enormes de água e energia. Assim, a proteção ao clima vira farsa.

Mas esta forma especialmente suja de óleo não convencional não existe apenas no Canadá. Prospecções, extrações de amostras e até projetos-piloto ocorrem também na Nigéria, em Madagascar e na República do Congo. Considerando as péssimas administrações locais, as altas taxas de corrupção e os ecossistemas sensíveis, os efeitos reais e potenciais desses projetos são tenebrosos.

Diferentemente do que ocorre com as mudanças climáticas, no caso da perda da biodiversidade e da desertificação não existe um regime ou uma convenção global com regras vinculantes e compromissos negociados que sirvam de referência para o consumo de recursos naturais. Aliás, é notável que um setor tão central para a economia se caracterize por uma falta tão gritante de regulamentação. Na competição internacional pelos recursos escassos, conglomerados empresariais e governos de países industrializados e emergentes definem suas demandas, mostrando-se muito pouco interessados em regras internacionais.

A imitação dos modelos de produção e civilização do Norte ocorre também nos hábitos mundiais de alimentação. A demanda por alimentos mudou profundamente no mundo ao longo dos últimos anos. Com o aumento da renda, as classes médias em diversas regiões consomem hoje muito mais carne e trigo (pão branco, no lugar de arroz). Países como a Alemanha, que se especializaram em uma produção animal industrial intensiva, importam quantidades gigantescas de ração. Isso significa que a pecuária alemã precisa de áreas gigantescas em diferentes países do mundo para garantir sua ração animal, áreas essas que, por sua vez, afetam a segurança alimentar local e regional. De acordo com um estudo do WWF, na década passada, a União Europeia usou frequentemente mais de 30 milhões de hectares por ano de área agricultável fora de suas fronteiras, o que equivale a uma importação virtual dessas áreas. No período de 2008 a 2010, a Alemanha participou desse “confisco virtual” de terras com quase 7 milhões de hectares (WWF 2011). A Alemanha dispõe de cerca de 17 milhões de hectares de terras agricultáveis. Com o “confisco virtual” de quase 7 milhões de hectares, utilizou mais de 40% das terras agricultáveis fora de suas fronteiras. A demanda virtual de terras na Alemanha para cultivo da soja, um alimento essencial para ração animal, está perto de 2 milhões de hectares (WWF 2011: 38). Enquanto isso, florestas tropicais continuam sendo desmatadas para dar lugar a pastos e plantios de soja.

O sonho da mudança de rumos

Vinte anos depois da Rio 92, estamos lidando com uma realidade em que as crises financeira, do clima e da alimentação pioram alternadamente. Além disso, milhões

de seres humanos experimentam todos os dias, na própria pele, que a promessa de bem-estar do modelo de produção e de consumo não vale para todos e que, por isso, continuarão excluídos no futuro por diversos motivos, dentre eles o ecológico. A política e os mercados geraram essas crises que abalaram a humanidade no início do século XXI. A Rio 92, portanto, não pode ser alvo de saudosismo.

Uma nova cúpula de chefes de estado e de governo no Rio de Janeiro em 2012 deveria introduzir os passos para uma mudança de rumos, uma grande transformação. Mas isso seguirá sendo um sonho. Face aos desafios em escala planetária, os temas que estão na pauta da Rio+20 em junho de 2012 carecem de qualquer responsabilidade. O mundo não pode dar passinhos tímidos. Se as chamadas “metas de desenvolvimento sustentável”, a serem iniciadas na Rio+20, de fato se fundamentassem nos dados científicos e definissem os limites correspondentes para o consumo de recursos da natureza e para a emissão de poluentes na atmosfera, os esforços para produzir a reunião de cúpula seriam justificados. Pode até ser que hoje em dia haja quem queira tirar do fundo do baú o conceito de “desenvolvimento sustentável”, como é o caso de muitos governos de países do Sul e ONGs, para trazer à baila as demandas da dimensão social e global, bem como os aspectos da justiça social. Entretanto, a amplitude de interpretação desse conceito e sua aplicação arbitrária e diversificada (desenvolvimento igual a crescimento, crescimento sustentável) não pode mais ser ignorada. Nos últimos anos, as organizações da sociedade civil não foram capazes de redefini-lo enquanto “desenvolvimento da sociedade”. Este conceito, que na década de 1980 chegou a ser vanguardista e crítico ao sistema, terminou absorvido pela *realpolitik* e pela economia, bem como pelas instituições e formas de pensamento dominantes, preenchendo os conteúdos que lhes eram adequados e incluindo uma ou outra opção de reforma do sistema. Não devemos nos esquecer disso quando agora o “desenvolvimento sustentável” for usado para combater a “economia verde”, o novo lema do processo da Rio+20.

Economia verde, a nova promessa?

Desde a Rio 92, o mundo experimentou uma sucessão de crises financeiras e econômicas: na Ásia (1997/1998), na Argentina (1998/2001), em março de 2000 estourou a bolha da Nova Economia e, em setembro de 2008, a falência do Lehmann Brothers inaugurou a maior crise financeira e econômica depois da Segunda Guerra Mundial. Com a devastadora crise do endividamento público que acomete vários países da Europa, a instabilidade dos mercados financeiros atingiu um novo ápice. “Pacotes de ajuda”, guarda-chuvas de ajuda e créditos baratos governamentais de bilhões e bilhões de dólares se destinam a salvar grandes bancos, e também governos, da falência. A desregulamentação dos mercados financeiros permitiu aos seus atores, com produtos cada vez mais novos e sofisticados que eram (e parcialmente continuam) distantes de qualquer controle e supervisão, altos e maravilhosos ganhos. Mas as condições nos mercados financeiros e as diversas crises ambientais e sociais provocaram uma renascença do capitalismo e da crítica ao crescimento. Dessa forma, crescem os clamores por um novo paradigma econômico. O pleito por novos modelos de bem-estar e estilos de vida deixou de ser assunto de alguns nichos ou círculos acadêmicos. Mostrou-se que cresce a crítica fundamental ao modelo de produção e consumo, e que a busca por alternativas voltou.

Nesse sentido, a discussão em torno da economia verde soma-se a esses debates. Antes liderada por ambientalistas e partidos verdes, agora ela é adotada como conceito pela União Europeia, pela OCDE, por algumas organizações das Nações Unidas, por *think tanks* e, até mesmo, por setores da economia formal.

O ponto de partida de todas as reflexões sobre a economia verde são as ameaças da mudança do clima e a crescente escassez de recursos (pico de petróleo, pico de água, pico de terras). Uma economia mundial com baixo teor de carbono – de preferência na faixa dos dois graus, com investimentos maciços em eficiência de recursos e energias renováveis – é o novo objetivo de todos os protagonistas de uma economia verde. Para eles, o *business as usual* não é mais opção válida, constatação que se repete através de inúmeros estudos e publicações sobre o tema.

Entretanto, essas convergências logo se transformam em divergências. É o que acontece com os diversos conceitos que circulam e já geram confusão. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o PNUMA, fala de economia verde (*green economy*), enquanto a OCDE e o Banco Mundial se referem ora a um crescimento ambientalmente possível, ora a um crescimento

verde. Ou então a um “esverdeamento da economia”. O “*green New Deal*” que o PNUMA introduziu no debate em 2008, no âmbito da crise econômica mundial, a fim de estimular pacotes mais verdes de combate à recessão, pode ter perdido força, mas continua em discussão, principalmente entre os partidos verdes da Alemanha e da Europa. Além disso, há grande esperança que a bioeconomia aponte o caminho de transformação de uma economia baseada em petróleo para uma economia baseada em biologia. Tanto o governo alemão quanto a administração Obama incentivam estratégias bioeconômicas. Aqui e acolá, elas se mesclam aos preceitos de uma economia verde, mas podem ser diferenciadas conceitualmente. As propostas do PNUMA e da OCDE se veem explicitamente como contribuições para a Rio+20. A ideia é que a conferência adote um “mapa do caminho verde (*green economy roadmap*) para estimular a ação concreta. Assim, o “desenvolvimento sustentável”, palavra-chave da Rio 92, poderia ser substituído por “economia verde”.

Por trás de todos esses conceitos se escondem estimativas diferenciadas sobre o grau da capacidade de o planeta crescer mais e usar a natureza, e o quanto ele precisa para reduzir a pobreza. Há diferentes cenários sobre a quem a economia verde deve servir. À crescente classe média global? O Instituto Global McKinsey fala em mais 3 bilhões de consumidores de classe média nos próximos anos. Nesse tipo de análise, em primeiro plano está o temor de que importantes recursos minerais e naturais possam se esgotar, já que a resposta a esse panorama não é a mudança dos padrões de consumo e estilos de vida nem a redução do uso de recursos. A solução seria o aumento da produtividade e da eficiência através de inovações tecnológicas, além da melhoria da disponibilidade dos recursos. Tentar superar a pobreza de mais de 2 bilhões de pessoas é mais um objetivo do *Green Economy Initiative* do PNUMA. A quem a economia verde deve beneficiar? Todas as pessoas? E como podemos ficar com ela nos limites ecológicos? Assim, questionamos o “como”. Quais os caminhos? Com que instrumentos e medidas?

Economia verde segundo o PNUMA

O PNUMA surgiu como líder na formulação do conceito da economia verde. O relatório *Rumo a uma Economia Verde (Towards a Green Economy)* tem cerca de 600 páginas. O PNUMA define a economia verde como uma forma de economia que leva a um maior bem-estar da humanidade e a mais justiça social, ao mesmo tempo em que contribui para a redução dos riscos ambientais e da escassez ambiental, ajudando a administrá-los de forma sustentável. O relatório constata que todos os problemas globais têm em comum um ponto de partida: a alocação equivocada de capital. Sustenta que, durante as últimas duas décadas, a maioria do capital foi dirigida para a propriedade privada, para energias fósseis e produtos do mercado financeiro, inclusive derivativos. Comparativamente, houve pouco investimento em energias renováveis, transportes públicos, agricultura sustentável e proteção ao ecossistema, à biodiversidade e à água.

Por isso, em seu relatório ricamente ilustrado com fatos e modelos, o PNUMA

propõe investimentos dirigidos a dez setores-chaves da economia (energia, agricultura, desenvolvimento urbano, água, administração florestal e proteção aos ecossistemas, entre outros) que propiciem de forma rápida e eficaz a transição para um desenvolvimento mais verde e mais focado na pobreza. Os investimentos poderiam ser financiados com 2% anuais da atual produtividade econômica, o que corresponde a cerca de US\$1,3 trilhão. O PNUMA acredita que esse total seja suficiente para impulsionar de forma efetiva uma economia mundial de baixo carbono mais eficiente em recursos. Nisso, em particular, o PNUMA se conserva fiel ao seu mandato de ser apenas um programa da ONU e se satisfaz com os nichos econômicos, em vez de procurar pontos de partida para transformações estruturais, como, por exemplo, uma moratória para a prospecção de novos campos de petróleo e gás.

O PNUMA também reivindica que novas regras de comércio possam beneficiar produtos ambientalmente corretos no mercado mundial. Mas como formatar regras de comércio para reduzir o uso de carbono na economia e torná-la mais eficiente em recursos? Isso não é bem explicado pelo PNUMA. As propostas mais detalhadas dizem respeito a uma agricultura ecológica e a um desenvolvimento urbano ambientalmente sadio.

O corte de subsídios ambiental e socialmente prejudiciais nos setores agrícola e de transportes, bem como para carvão e petróleo, é uma das reivindicações mais eficazes do PNUMA. O relatório vê o Estado como importante regulador. Sem um claro arcabouço jurídico e um conjunto de normas, a economia verde não pode ser colocada em prática.

Monetização da natureza: uma saída para a crise dos ecossistemas?

Um dos conceitos mais polêmicos nos debates anteriores à Rio+20 é a chamada “monetização da natureza”. Para Pablo Solon, ex-embaixador da Bolívia junto às Nações Unidas e influente intelectual latino-americano, em seu cerne a economia verde visa uma nova qualidade de mercantilização da natureza. “Agora, a ideia não é só comercializar o material da natureza, mas também processos e funções. Assim, no futuro, não é mais apenas a madeira das florestas, mas também o seu potencial de armazenar CO₂ que será comercializado.”

De fato, faz alguns anos que o PNUMA está à frente de um debate sobre uma nova valoração da natureza, incluindo instrumentos de mercado para proteger os ecossistemas. Tanto na proteção às florestas quanto no que diz respeito à biodiversidade, o PNUMA quer proteger os ecossistemas valorando (e integrando ao cálculo do PIB) os serviços que a natureza presta para a humanidade e para as populações que vivem diretamente deles. O PNUMA quer conferir valor econômico de mercado às prestações de serviço dos ecossistemas e investir nelas de forma sustentável. “Uma economia verde reconhece o valor da natureza e investe em capital natural”. Na perspectiva do PNUMA, as chamadas prestações de serviço dos ecossistemas constituem um fator econômico totalmente subvalorizado.

“Geralmente, esses serviços ecossistêmicos podem ser encontrados em

bens e serviços públicos, cuja invisibilidade econômica até hoje tem sido o principal motivo para sua subvalorização, má gestão e, no final das contas, prejuízo.” (PNUMA 2011: 22). É esse “capital natural” que deve ser alavancado pela economia verde. O raciocínio que subjaz a isso é a ideia, já um pouco mais antiga, de que a proteção de ecossistemas e da biodiversidade funciona melhor se o seu uso custar alguma coisa. Com o comércio de emissões e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo iniciou-se uma financeirização da proteção ao clima enquanto, ao mesmo tempo, não há políticas de redução de emissões, com exceção da Europa.

Como os cofres públicos estão vazios depois das crises financeira e econômica dos últimos anos, segundo essa linha de raciocínio será preciso haver incentivos adicionais de mercado para que o setor privado invista na preservação do meio ambiente. Dessa forma, desde as negociações do clima em Bali, em 2007, o REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação) – portanto, a redução de emissões originadas por desmatamento e devastação das florestas – é visto como instrumento promissor para a proteção global das florestas. Para o PNUMA, é uma oportunidade única de transformar usos não sustentáveis da floresta (desmatamento para produção de madeira e pecuária) em verdes, colocando-os em primeiro plano e pagando por prestações de serviço ambientais (conservação dos solos, ciclos da água).

Transformar a defesa da natureza em fonte de lucros: essa perspectiva fascina tanto economistas quanto ambientalistas. “Uma chave decisiva para assegurar o futuro seria finalmente atribuir valor aos serviços ambientais e principalmente integrá-los ao nosso sistema de preços” (Succow 2009).

Mas o que significa exatamente “valorar ecossistemas”? Nem todas as monetizações conduzem logo à mercantilização da natureza. Determinar, ainda que aproximadamente, o valor das multas que deveriam pagar os diretores da Deepwater Horizon pelos prejuízos nos ecossistemas dos mares profundos do Golfo do México? Quais são os danos causados por um navio que passa por recifes de corais?

E certamente faria sentido analisar o que é mais caro: investir em saneamento ou na defesa de áreas com fontes de água naturais. Segundo o TEEB (The Economy of Ecosystems and Biodiversity, A Economia dos Ecossistemas e Biodiversidade), uma iniciativa sob a liderança do PNUMA, conferir preços à natureza ajudaria políticos e empresários a tomar decisões, dando a eles os elementos de que precisam em uma língua que conhecem. Os empresários poderiam reconhecer melhor os riscos e os políticos poderiam perceber custos ocultos e consequências duradouras de suas ações.

Os defensores da economização da natureza nem pensam no contexto social em que as “prestações de serviço dos ecossistemas” ocorrem – na verdade, esses conceitos, antes de mais nada, encobrem os contextos sociais.

Isso porque não é a natureza que seria remunerada por esses serviços, e sim seus proprietários. Mas muitos dos últimos ecossistemas preservados se encontram em territórios de povos indígenas e comunidades locais, cujos direitos

de propriedade tradicionais são feridos pelos novos instrumentos de mercado. A crítica mais aguda ao conceito do PNUMA ressalta que os recursos naturais poderão ser mercantilizados a fim de se tornarem atrativos para o setor privado, dessa forma sendo deixados à sanha da exploração comercial.

A valoração dos chamados serviços dos ecossistemas é fortemente criticada enquanto nova etapa da privatização e da comercialização da natureza. Em vez de proteger os recursos junto com a população local e contra interesses comerciais, dizem os críticos, a natureza seria transformada em mercadoria, muitas vezes expulsando os povos locais. Menos atenção tem sido dispensada, até agora, à tendência de transformar todos os tipos de recursos em bens comerciáveis – o que inclui solos, água e floresta nos ciclos monetários –, permitindo comercializar seu valor através de instrumentos e produtos financeiros, como derivativos, nos mercados financeiros globais.

Nesta busca por novas opções de aplicação do dinheiro, não apenas os mercados de matérias-primas e alimentos, mas também os solos, as florestas e a capacidade de ambos de armazenar CO₂ devem se tornar atraentes do ponto de vista da geração de lucros. A valoração monetária dos chamados serviços ambientais ou dos custos ecológicos da mudança do clima (por exemplo, via comércio de emissões de CO₂) ou da perda de biodiversidade escancara as portas à financeirização da natureza. “As políticas de clima e meio ambiente são compatibilizadas com a especulação financeira”, analisa Elmar Altwater (2012). Como se trata de uma verdadeira onda de financeirização, é preciso um debate amplo e diferenciado sobre a “economia de ecossistemas e biodiversidade” do PNUMA. O debate deve ser diferenciado, pois na busca de soluções para sair da crise climática, de recursos e da pobreza, não vale condenar *in limine* todos os pressupostos para a economia verde e todos os instrumentos de mercado como sendo uma “farsa verde”, capitalismo verde ou lobo em pele de cordeiro, como se tem escutado em vozes cada vez mais altas antes da Rio+20.

Crescimento verde segundo a OCDE

Desde 2009, a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que reúne os países industrializados (inclusive México e Coreia do Sul), discute uma estratégia de crescimento mais verde. Em maio de 2011, ela apresentou o seu conceito por meio do relatório *Rumo ao Crescimento Sustentável*. O ponto de partida dos raciocínios da OCDE é o risco das mudanças climáticas e a preocupação com a diminuição drástica de algumas matérias-primas, bem como a perda desenfreada da biodiversidade, o excesso de pesca, a escassez de água e solos. “Precisamos de um crescimento ambientalmente responsável porque os riscos para o desenvolvimento aumentam constantemente quando o crescimento econômico continua devorando o capital natural”, afirma o relatório da OCDE (OCDE 2011a: 4). A ideia é abrir novas fontes de crescimento através do aumento da produtividade (mais eficiência no consumo de energia e no uso de recursos), de inovações (novas formas de geração de valor na superação de

problemas ambientais) e novos mercados (estímulo à demanda por tecnologias, produtos e serviços ambientalmente corretos). A estratégia para um crescimento ambientalmente responsável deve funcionar como uma lente “através da qual se observa o crescimento”, evitando que “certos índices ambientais críticos sejam ultrapassados em nível local, regional e nacional” (OCDE 2011a: 8). O relatório afirma ainda que, através de inovações, essas fronteiras podem ser empurradas cada vez mais para longe, contribuindo para “dissociar o crescimento econômico do consumo de capital natural” (OCDE 2011a: 12). Por isso, os investimentos para um uso mais eficiente do capital natural são vistos como essenciais para assegurar os *inputs* de matérias-primas e de recursos para a economia. A internalização de custos ambientais é defendida como estímulo à inovação (por exemplo, preço do CO₂ em um nível alto), o mesmo acontecendo com o corte de subsídios danosos ao meio ambiente.

A ampliação de energias renováveis e tecnologias ambientais criará milhões de novos postos de trabalho. A OCDE estima que, só no setor de geração e distribuição de energias renováveis, possam ser criados até 20 milhões de novos empregos até 2030 (OCDE 2011a: 19).

Acima de tudo, há algo notável nessa estratégia de crescimento ambientalmente responsável: o clamor por uma internalização mais coerente dos custos ambientais, ou então, a observação de que instrumentos de mercado “não são a solução ótima para todas as situações”, sendo que, em alguns casos “regras bem concebidas [...] podem representar instrumentos mais adequados ou um complemento importante para os instrumentos baseados no mercado” (OCDE 2011a: 11). Como era de se esperar, na estratégia da OCDE pode se encontrar o bom e velho princípio ordoliberal do Estado de garantir as condições estruturantes da economia para criar confiança, segurança e planeabilidade. Se, conforme planejado, essas estratégias entrarem nos relatórios nacionais dos países da OCDE, e outros estudos setoriais levarem a uma precisão maior, isso pode ser considerado como progresso em relação a estratégias do “crescimento acima de tudo”.

Em conformidade com a estratégia da OCDE, o Instituto Global McKinsey apresentou, em novembro de 2011, um documento sobre a revolução dos recursos. Mais uma vez, a mensagem central é o alerta de que a escassez de recursos a) pode gerar preços cada vez mais caros e voláteis e b) importantes fatores de produção poderão ficar totalmente de fora. A resposta exclusiva é: produtividade, eficiência, inovações e investimentos da ordem de trilhões de dólares, principalmente no “sistema de recursos”, a fim de garantir a futura demanda de recursos. Aos “desafios” (altos custos de energia e matérias-primas) contrapõem-se as múltiplas “oportunidades” econômicas.

Bioeconomia: a ascensão dos *biomasters*

Bioeconomia, eis um conceito relativamente novo que desponta com frequência cada vez maior e surge cada vez mais no debate em torno da economia verde. A bioeconomia também lida com inovações tecnológicas e mais eficiência, além do

uso de recursos naturais para alimentação, energia, farmácia e produção química.

A “Estratégia Nacional de Pesquisa Bioeconomia 2030” do governo alemão almeja uma economia fundamentada biologicamente no ciclo natural do metabolismo. Ela deve estar em harmonia com a tecnologia e a ecologia além de, enquanto bioeconomia com bases científicas, lançar mão de processos biológicos, do nível dos genes até o ecossistema. A ideia é entender melhor, em sua complexidade, os tijolinhos e o plano de obras dos sistemas biológicos para serem mais bem utilizados tecnicamente, “beneficiando o homem e o meio ambiente” (Ministério para Educação e Pesquisa 2010). A bioeconomia tem por objetivo melhorar tecnicamente esses sistemas, tornando-os mais produtivos e, assim, mais sustentáveis. Neste processo, assuntos econômicos, ecológicos e sociais têm o mesmo peso, considerando-se as cadeias de geração de valor em sua totalidade. O objetivo é abandonar uma economia baseada em petróleo e fazer a transição para uma economia biofundamentada, sempre preservando a competitividade da indústria química e farmacêutica alemã, das firmas de biotecnologia, das empresas de sementes de médio porte e que operam em nível transnacional, e dos empresários de plantas. A pesquisa no setor bioeconômico alemão está sendo maciçamente fomentada por dinheiro público a fim de desencadear impulsos de inovação tecnológica no setor.

Em Washington, a Casa Branca também apresentou um National Bioeconomy Blueprint, em abril de 2012. É a continuação do relatório do Conselho Nacional de Ciência de 2009, intitulado *Uma Nova Biologia para o Século 21*, e ressalta o potencial de inovação tecnológica da ciência biológica para o futuro da saúde e da alimentação, sublinhando a importância da pesquisa para libertar os EUA da dependência do petróleo e produzir novos bens cuja fabricação não dependa dele. Neste programa estratégico norte-americano, a pesquisa para aumentar a competitividade também está em primeiro plano. Recursos para pesquisa e investimentos em tecnologias do futuro devem ser reunidos e mobilizados em novas ordens de grandeza por meio das chamadas parcerias público-privadas e de um arcabouço jurídico que possa criar condições propícias de mercado (por exemplo, assegurando direitos de propriedade através de patentes etc).

A receita total originada pelas diversas biotecnologias (exceto agricultura) nos EUA foi estimada em US\$100 bilhões em 2010. Entre outros motivos, o alto crescimento da bioeconomia norte-americana é atribuído às diversas possibilidades das biotecnologias e da técnica genética, bem como ao sequenciamento do DNA. A biologia sintética, ou seja, a transformação direta e o uso de micróbios e plantas, a transformação de proteínas em organismos e o acesso e a administração de importantes informações biológicas são tidos como os principais campos de ação do futuro.

Quem são os *biomasters* de amanhã? Frente ao debate em torno da economia verde, das biociências e da bioeconomia, é essa a principal pergunta da ONG internacional ETC Group, que há anos se debruça sobre as estratégias de negócios das grandes multinacionais dos ramos energético, químico e farmacêutico. O ETC Group diz que, no século 21, caberá à biologia o papel que os combustíveis

fósseis tiveram nos últimos 200 anos. O controle das chamadas energias verdes e das principais culturas de alimentos sobre espécies de alto rendimento ou sementes modificadas geneticamente marcam as políticas de negócios de grandes conglomerados como Monsanto, Procter & Gamble, Chevron, BASF. “Big Energy, Big Pharma, Big Food, Big Chemical” formam alianças e plataformas de tecnologia sempre novas, alerta o ETC Group.

O interesse em qualquer forma de vida e de biomassa cresceu dramaticamente nos últimos anos. Tudo que possa reduzir a dependência do setor químico do petróleo, compensando-o completamente no final, e garantir o controle sobre a produção de alimentos interessa para os novos produtos industriais. Ganhar DNA sintético: eis a essência da biologia sintética, o grande mercado do futuro.

Nessas inovações tecnológicas, o controle estratégico das cadeias de geração de valor – de informações genéticas e técnicas, de processos e fatores de produção como energia, biomassa, água e terras – é o objetivo de alguns poucos empreendimentos transnacionais nos EUA, na Europa, no Japão, na China e em outras economias asiáticas. Se não houver medidas políticas contra essa tendência, isso pode levar a uma concentração alarmante de poder, como se pode observar no setor de alimentos.

A maior parcela da produção e comercialização de alimentos também é controlada por alguns poucos conglomerados agrários e pela indústria agrícola. A produção de fertilizantes, pesticidas e sementes geneticamente modificadas está na mão de poucos – os mesmos que controlam o mercado global de alimentos. Assegurar este poder de mercado é o objetivo do poderoso *lobby* do setor de sementes, fertilizantes e pesticidas. Eles têm cada vez maior influência sobre decisões políticas no mundo todo. Por isso, o acesso dos chamados direitos de propriedade intelectual faz parte do repertório de negociações econômicas e de incontáveis acordos comerciais bilaterais entre países industrializados e em desenvolvimento. Pequenos agricultores, bem como trabalhadores rurais, raramente podem se defender contra as ações dos conglomerados globais. Faltam organizações camponesas fortes que ajam no interesse dos pequenos agricultores, bem como sindicatos que representem os direitos dos trabalhadores rurais.

Infelizmente, esta concentração de poder não está de forma alguma na ordem do dia política. Não existe nem mesmo a consciência desses problemas entre os políticos, muito menos na opinião pública. Não se aprendeu a lição do que ocorreu com a concentração de poder nas mãos dos grandes atores do mercado financeiro e nos chamados bancos sistêmicos, que conseguiram fazer chantagem política com isso (“grandes demais para quebrar”). Ao contrário: na corrida global, a ordem é se posicionar rapidamente e estrategicamente com inovações bioeconômicas e verdes. Os governos ajudam os grandes conglomerados transnacionais e as empresas de médio porte com estímulos fiscais e programas de fomento à pesquisa, apoiando essa corrida da economia privada por todos os tipos de recursos e, até mesmo, pelo código da vida através da garantia de direitos de propriedade (da terra às patentes).

No futuro, as inovações tecnológicas e a eficiência nos ajudarão a apontar

o caminho rumo a uma economia mais eficiente em recursos, empurrando as fronteiras ambientais para mais longe. No entanto, todos os conceitos de uma economia verde ou de uma nova bioeconomia precisam resolver algumas questões fundamentais. Tecnologia e inovação, tudo bem. Mas para quem? Quem as controla? Com que consequências sociais e ambientais? Serão suficientes ou não passam de estratégia para evitar e adiar a inevitável mudança de rumos para uma “política do menos”? São essas as questões que, justificadamente, estão se tornando um tema cada vez mais polêmico entre governos, setor privado e sociedade civil.

Nenhum dos conceitos de economia verde – nem da OCDE, nem do PNUMA – aborda questões de poder e de distribuição de renda. Parece que todas as novas iniciativas e os novos programas acontecem em um espaço livre de lutas de poder ou de interesses. A função do Estado enquanto instituição reguladora que corta subsídios danosos ao meio ambiente, formula padrões legais ou uma política industrial ambientalmente correta, e principalmente fomenta uma política de pesquisa é uma ideia mais explicitamente apoiada pelo PNUMA do que pela OCDE. Mas normas políticas drásticas para limitar o consumo de energia e da natureza (os chamados *caps*, ampla proteção natural, vetos à exploração de petróleo em ecossistemas sensíveis com o Ártico ou mares profundos) quase não ocorrem mais enquanto opção política. Impor limites: isso pouco ocorre enquanto prioridade ou pré-condição no mundo imaginário dos protagonistas da economia verde.

Tecnologia e eficiência enquanto panaceia

Em qualquer conceito ou estratégia de transformação da economia verde, a inovação tecnológica está em primeiro plano. Sua função é aumentar a produtividade do uso de matérias-primas e permitir a substituição de recursos escassos. Mas nessas estratégias não são considerados os efeitos sociais e ambientais negativos, reais e potenciais, principalmente de soluções técnicas grandiosas. Nem tudo o que parece ser uma contribuição na luta contra as mudanças climáticas (fertilização dos oceanos com ferro para remover o CO₂ da atmosfera através da fotossíntese do fitoplâncton, refletores gigantes no espaço, energia nuclear, megabarragens) tem vantagens sociais e ambientais. O mesmo pode ser dito da tecnologia genética, supostamente um aliado para superar a crise alimentar. As consequências dessas tecnologias para as pessoas e o meio ambiente infelizmente não são analisadas e pesadas politicamente com o necessário cuidado. Estimar as consequências de tecnologias em todas as dimensões: eis o que precisa urgentemente entrar na agenda política. À luz das inter-relações econômicas globais, a dimensão nacional já não basta mais nesse caso. A Rio+20 poderia fazer nascer uma iniciativa no nível das Nações Unidas para uma avaliação de consequências de novas tecnologias.

A revolução de recursos e eficiência já virou quase um mantra absoluto. A maior esperança está na dissociação total entre o PIB e o uso de recursos. Essa ideia é

parte da crença de que as crises ambiental e alimentar podem ser enfrentadas com tecnologia. A dissociação é urgente, a redução em termos absolutos do uso de recursos também. A única questão é: como chegar lá?

A primeira resposta é eficiência, através do uso mais eficiente de energia e matérias. Mais de 90% de todos os materiais e energias mobilizados para produzir bens de consumo são gastos ainda antes de o produto estar pronto: os resíduos na mineração, perda de calor nas usinas térmicas, perda de solos na agricultura mecanizada, resíduos no processamento da madeira ou de metais, cereais na produção de animais, água no processamento de metais ou gasto com transportes no abastecimento de combustíveis. Quanto menor o uso de recursos, maior a ecoeficiência de uma economia. É possível conseguir muito através do uso de outras técnicas, outros processos e produtos que reduzem drasticamente o consumo de energia e materiais. Quando a política interfere e ajuda – por exemplo, através de regras jurídicas, corte de subsídios para produtos fósseis ou novos padrões de eficiência para construção civil, máquinas e equipamentos – essas estratégias de eficiência têm grande potencial de realização.

No entanto, é preciso observar o efeito rebote (*rebound effect*, em inglês), que aparece quando uma melhoria da eficiência torna outras atividades intensivas em recursos possíveis, anulando o efeito de ganho ou de eficiência. Existem alguns famigerados exemplos: o ganho de sistemas mais eficientes de calefação, que é anulado por uma maior área a ser aquecida; o ganho de automóveis mais eficientes, que é devorado por mais peso e velocidade; o ganho de linhas de produção mais eficientes, que é zerado por mais expansão e integração vertical. Isso diz respeito principalmente às chamadas situações *win-win*, que prometem ganho ecológico acompanhado do econômico e nas quais esse efeito rebote é praticamente embutido através de um maior ganho financeiro. Aliás, são precisamente os países emergentes os mais atingidos pelo efeito rebote, pois eles partem com menos equipamentos e máquinas. Mesmo assim, a revolução da eficiência é visto como panaceia, embora estudos mais recentes comprovem que os diferentes efeitos rebote (financeiros, materiais e quantitativos, bem como psicológicos) impedirão que se alcance o objetivo maior, que é respeitar os limites ambientais do consumo da natureza.

Até hoje, segundo um estudo de dezembro de 2011 elaborado para uma comissão parlamentar na Alemanha sobre “Crescimento, Bem-estar, Qualidade de Vida”, “praticamente não existem análises macroeconômicas do efeito causal da eficiência sobre o consumo de recursos”. E mais: na estratégia de dissociação, constatou-se que, embora o consumo de algumas matérias-primas tenha subido menos rapidamente do que o PIB (dissociação relativa), “quase nunca houve uma queda em termos absolutos do consumo de recursos (dissociação absoluta)” (Madlener e Alcott 2011). Moral da história: o uso racional deve ser acompanhado de objetivos moderados. Sem a revolução da suficiência, a revolução da eficiência estará caminhando de olhos vendados.

A segunda resposta é consistência, através de uma mudança para tecnologias mais amigáveis com a natureza. Nos conceitos mais sofisticados para uma

economia verde, dá-se grande valor à estratégia de consistência, quer dizer, à possibilidade de unir indústria e natureza. Como usar a natureza sem destruí-la? As tecnologias da era pré-fóssil podem sinalizar o rumo: a maneira de construir com madeira, rotação trienal dos cultivos, os moinhos de vento, os barcos a vela. Todas essas tecnologias seguem uma lógica parecida.

O homem precisa se adaptar aos fluxos da natureza antes de moldá-la para seu próprio uso. Mas hoje, na era pós-fóssil, temos outro arsenal de técnicas à nossa disposição. A biotecnologia e a informática, a biônica e a arte da engenharia podem seguir a mesma lógica: usar a natureza de forma inteligente sem diminuir as suas forças regenerativas. As energias renováveis são o melhor exemplo para tais estratégias, a agricultura ecológica idem. Vento, sol, calor da Terra ou micróbios e substâncias nutritivas são fluxos da natureza usados para beneficiar o homem sem serem destruídos. Comparada à estratégia da eficiência, a da consistência tem a vantagem decisiva de que, no seu caso, o rumo do desenvolvimento técnico é sustentável, enquanto as estratégias baseadas em eficiência podem levar a uma direção equivocada.

No entanto, a estratégia da consistência, quando usada em massa, rapidamente alcança seus limites. Isso porque as energias e as matérias renováveis tampouco são ilimitadas, especialmente a área para bioenergia e biomassa de forma geral não pode ser mais ampliada sem colocar em risco a produção de alimentos e a proteção da natureza. Sabemos há muito tempo que um recurso escasso não pode ser simplesmente substituído por outro. Em termos globais, a área agricultável per capita caiu de 0,45 hectare para menos de 0,25 hectare nos últimos anos. Mais ainda: quanto mais a técnica é integrada aos ciclos naturais, mais os seus ritmos e suas capacidades agem como freio para expectativas exageradas de desempenho, a não ser à custa de voltar a usar fontes de energias fósseis. Tanto a estratégia baseada em eficiência quanto aquela baseada em consistência erram seu alvo se não obedecerem ao princípio da suficiência, compreendido enquanto bem-estar com moderação. Entretanto, nos conceitos econômicos verdes, este princípio nem aparece.

Direitos humanos: uma mancha branca

Em todos os cenários da economia verde ou da bioeconomia, os direitos políticos, sociais, econômicos e culturais têm pouco ou nenhum espaço. Por isso, é triste constatar que os conceitos de economia verde (com exceção da preocupação com os postos de trabalho) quase não incluem a dimensão dos direitos humanos, questões de distribuição da riqueza e direitos de participação democrática enquanto elementos essenciais. Deveríamos poder esperar de uma agência ou um programa das Nações Unidas a criação de um conceito para a economia verde com as normas e os parâmetros mais importantes do direito ambiental global e dos direitos humanos. Que outra instituição, senão a ONU, deveria juntar os novos princípios jurídicos, direitos e normas (princípio poluidor-pagador, princípio da prevenção, direito à água, direito a alimentos)?

Não basta, nesse caso, apontar para as três dimensões da sustentabilidade. A dimensão social é vista quase que exclusivamente no contexto do mercado de trabalho e da potencial redução da pobreza. Mas os direitos sociais e políticos abrangem muito mais. Os governos e as empresas deveriam obrigatoriamente colocá-los em prática.

A economia verde precisa de uma clara bússola social com políticas distributivas em favor da ampla população e dos 20% mais pobres em cada sociedade, bem como em favor dos pobres e miseráveis em países emergentes e em desenvolvimento. O controle democrático e a participação social enquanto base da ação econômica são pontos cegos e inexistem nos conceitos tanto do PNUMA quanto da OCDE.

A aliança nada santa entre os governos dos países industrializados, em desenvolvimento e emergentes infelizmente também converge para essa questão: os direitos humanos e os princípios democráticos frequentemente são atropelados quando se trata de defender os interesses de lobbies do poder econômico e dos interesses nacionais. O Norte, por exemplo, não se interessa muito por violações de direitos humanos resultantes das mudanças climáticas ou pelas consequências sociais dos acordos comerciais bilaterais, a não ser em seus próprios países. E os emergentes e em desenvolvimento (junto com algumas empresas do Norte) ainda têm muito pouco interesse pelos padrões sociais e direitos do trabalhador, e pela participação democrática de suas populações. Por isso, a Rio+20 não perderá muitas palavras sobre direitos políticos, sociais, econômicos e culturais.

O princípio básico de uma abordagem baseada em direitos humanos poderia ser formulado assim: a sobrevivência vem antes de uma vida melhor. Os direitos humanos gerais têm prioridade em relação a um padrão de vida mais elevado tanto no Norte quanto no Sul. Em tempos de escassez generalizada, a política ambiental e de recursos também decide quem ganha que parte do espaço ambiental global. Hoje em dia, esse espaço é distribuído de forma extremamente injusta. Para a maioria da população marginalizada na Terra, vale: quanto mais o consumo de recursos ou a sobrecarga da natureza se aproxima dos limites, sobra cada vez menos sem uma política de distribuição justa dos recursos e do clima.

Por isso, uma política cosmopolita de recursos e do meio ambiente terá que cortar o consumo de recursos nos países industrializados a fim de priorizar as necessidades elementares. Cerca de um terço da população mundial depende do acesso direto à natureza. É gente que vive dos ecossistemas – savanas, florestas, rios, lagos, zonas costeiras – cujos recursos são cobiçados por empresas estatais e privadas. Diariamente, novos espaços naturais e culturais se perdem de maneira irreversível. Isso só vai mudar quando a demanda por recursos naturais regredir substancialmente. Só então não valerá mais a pena buscar petróleo e areias betuminosas na selva. Só quando a fome por bife regredir, não será preciso ganhar novas áreas para pastos e plantio de soja. Em suma: padrões de produção e consumo que usem menos recursos são a base para uma economia mundial baseada no respeito aos direitos humanos.

Todos os conceitos em torno da economia verde colocam a economia no cerne de todos os debates sobre a capacidade de ter futuro. Só conseguiremos salvar o planeta com a economia, e não contra ela. Será mais uma vez o *Homo economicus* no centro de todas as soluções? Quem buscar modelos de sociedade que aceitem os direitos humanos, a justiça, a diversidade cultural e a participação democrática como princípios fundadores, permanecendo ao mesmo tempo dentro dos limites ambientais, precisa nada mais, nada menos que reinventar a modernidade.

Os contornos de uma economia moderada

Podemos examinar e analisar à vontade: uma economia ambiental precisa encontrar a resposta para o “excesso” que veio ao mundo junto com o modo industrial da economia. A economia fóssil ficou grande demais em relação à natureza, obrigando a biosfera a capitular. O que é válido para o tamanho físico também gera consequências para o tamanho social do sistema econômico. Por isso, é necessário um novo equilíbrio tanto entre economia e mundo natural quanto entre economia e mundo social. É difícil imaginar que limites máximos físicos possam ser respeitados no fluxo de recursos de uma economia sem considerar os limites sociais para a expansão do sistema econômico. Não se pode sair do mundo fóssil sem mudar também o mundo mental. A tecnologia precisa encontrar o seu correspondente na cultural social e vice-versa. Em poucas palavras: uma economia verde não pode existir sem uma economia baseada na moderação.

Na Rio 92 havia pelo menos a ideia de uma reforma da sociedade ligada a menos pressão sobre a natureza. Sob o lema “padrões sustentáveis de produção e consumo”, a Agenda 21 reivindicava um estilo econômico que pudesse incluir todos os países, ricos e pobres, sem arruinar a biosfera. Agora, no entanto, a economia verde chama a atenção para a introdução de padrões de produção sustentáveis que sejam eficientes e ambientalmente amigáveis, mas a mudança de hábitos de consumo das classes altas e médias não acontece. Não se fala mais sobre o quanto esse estilo de vida predatório das elites do mundo atravança o caminho da sustentabilidade. Quando a desigualdade social é mencionada nos conceitos de economia verde, logo se pensa no combate à pobreza.

Deixar as florestas, os peixes, os pastos e os campos para os pobres sem fazê-los sofrer com a mineração e a extração de petróleo é bom. Mas será possível separar a tarefa de minorar a pobreza da redução da riqueza?

Economia da “suficiência”

Além de toda a inovação tecnológica, a economia verde, tal qual a compreendemos, precisa cultivar a arte de saber abrir mão. Bens em excesso, velocidade em excesso, distâncias excessivas, stress excessivo no trabalho e um excesso de setores – como escola ou cultura – em que dominam os princípios

da competitividade e da eficiência: a economia dos nossos dias não conhece a moderação. Por isso, para nós, a arte de saber abrir mão faz parte do ideal de uma economia do futuro. A pergunta: “O quanto é suficiente?” é inevitável. A suficiência quer encontrar a medida certa entre excesso e escassez. De um lado, foca no excesso porque ele carrega o indivíduo ou a sociedade com todo tipo de custos. Do outro, foca na escassez porque muitos não dispõem nem do básico para a sobrevivência. A classe média global frequentemente lida com excessos e a maioria da população mundial, com os problemas decorrentes da escassez.

A suficiência precisa fazer parte do conceito da economia verde, assim como a ideia da insaciabilidade fazia parte da economia fóssil. Se ao longo dos últimos 200 anos a economia se dissociou dos limites naturais e sociais, agora é preciso uma autolimitação política – para a natureza e para a sociedade. As condições econômicas dos últimos dois séculos foram marcadas pelo imperativo do “cada vez mais”. Agora, será necessário empreender uma desmobilização econômica e reinventar uma economia com moderação. Em termos ambientais, isso significa que a suficiência (bem-estar com moderação) deve se aliar à eficiência (uso inteligente dos recursos) e à consistência (harmonia entre indústria e natureza) para que se possa transformar o sistema econômico. “Melhor”, “diferente” e “menos”, eis a trindade da sustentabilidade.

Que a autolimitação pode ser benéfica é algo que vivenciamos no nosso dia a dia. Comer em excesso engorda e prejudica a saúde. Praticar esportes em excesso causa dependência e pode danificar os órgãos. É perfeitamente possível se exceder nas coisas boas. Da mesma forma, o desempenho da economia fóssil pode sair pela culatra. Na dimensão temporal, temos acesso a enormes velocidades, que frequentemente acabam em engarrafamentos. Em termos espaciais, há a vantagem das interligações em nível planetário, mas que também podem significar a ruína de economias locais. E finalmente há uma oferta infinita de bens que, por outro lado, gera o tédio e o excesso de lixo. O fato de que um alto padrão de vida não significa necessariamente uma elevada qualidade de vida – pelo contrário, pode até comprometê-la – faz parte das lições que as chamadas sociedades abastadas tiveram de aprender. Diante desse pano de fundo, o objetivo da abordagem baseada na suficiência é o de reduzir os excessos a fim de valorizar qualidades de vida reprimidas. Assim se abre a perspectiva para um duplo dividendo: um desempenho econômico menor não apenas poupa recursos como abre espaço para uma vida melhor.

Velocidades mais baixas. Se contabilizarmos os imensos recursos necessários para produzir as altas velocidades, faz sentido introduzir a autolimitação enquanto princípio técnico de design. Assim, carros, trens e até aviões poderiam ser desenhados e construídos para velocidades médias. Uma frota automobilística cuidadosamente motorizada em que, digamos, nenhum carro ultrapasse a marca de 120 km/h usará muito menos combustível e permitirá outras soluções no que tange material, peso, equipamentos de segurança ou design. Portanto, seria uma nova geração da técnica automobilística. De forma semelhante, os trens poderiam ser desenhados para uma velocidade máxima de 250 km/h, acima da

qual o custo energético cresce geometricamente. Assim, o design de veículos e equipamentos cuidadosamente motorizados expressa a utopia do século XXI de poder viver com elegância dentro dos limites naturais.

Mais regionalização. A velocidade gera distâncias maiores. Por isso, a aceleração baseada em combustíveis fósseis levou à criação de amplas redes de interligação nos espaços nacional, continental e até global. Primeiro foram os trens e os caminhões, depois o avião e o navio de contêineres, e finalmente a Internet que separaram a vida e as inter-relações locais da economia, unindo-as a centrais supralocais e supranacionais geralmente muito afastadas. São uvas que vêm do Chile, computadores de Taiwan. Até os ingredientes biológicos de uma mistura de cereais matinal percorrem centenas ou até milhares de quilômetros até chegar à nossa mesa. Assim, as regiões se transformam em plataformas em que se processam estratégias de distribuição e produção supralocais. O fato é que um bem-estar ecológico necessitará de um novo equilíbrio entre curtas e longas distâncias. Parece claro que será preciso haver sistemas de abastecimento não tão baseados em transportes se quisermos nos preparar para o fim da era do petróleo barato. Acima disso, será preciso uma ação econômica verde, integrada aos ciclos naturais, que explore e processe matérias-primas energéticas, material de construção, têxteis e alimentos a partir dos ecossistemas regionais. Assim, a base material estará voltada para uma economia regionalmente concentrada. Depois do triunfo da globalização, podemos contar com o renascimento dos territórios regionais.

Consumo consciente. Esta regionalização é uma boa notícia para uma sociedade que pretenda diminuir o volume total do fluxo de mercadorias para dimensões menos predatórias. É mais do que justificado perguntar se, em tempos de ampla escassez de recursos naturais, é razoável termos uma forma de economia que emprega recursos valiosos para responder à demanda por produtos, fornecendo centenas de variantes de uma mesma mercadoria, promovendo sua obsolescência por meio de ciclos de vida cada vez mais breves e a substituição por novos bens. É bem verdade – e isso precisa ser enfatizado? – que uma estratégia que vise à suficiência quantitativa vai frontalmente de encontro a um capitalismo programado para o descarte. Só quem conseguir gerar valor com menos bens terá alguma chance de ganhar o futuro. Já vimos que, ao fabricar desejos infinitamente, a sociedade de consumo abandona sua função verdadeira, a de melhorar a vida das pessoas. Isso porque excessos e ciclos de desperdício tendem a superdemandar a capacidade de orientação e a força de decisão. Cada um de nós deve aprender uma qualidade inteiramente nova: descartar possibilidades, escolher, dizer não. “Tudo com moderação” – raramente, nos últimos dois milênios e meio, o antigo lema do Oráculo de Delfos foi tão acertado quanto agora, na sociedade de hiperconsumo.

Social commons (bens comuns sociais) enquanto fator econômico

Nos velhos países industrializados, acabou a era do acelerado crescimento econômico. Os especialistas ainda divergem sobre se devemos esperar um pequeno acréscimo anual da produção econômica ou um crescimento zero interrompido por ciclos de crescimento e de recessão. Mas nesse cálculo ainda não entrou a transformação ambiental da economia e da sociedade. Uma estratégia da ecoeficiência (“melhor”), da capacidade de ser absorvida pela natureza (“diferente”) e da autolimitação (“menos”) tem ainda menos perspectivas de crescimento. Numa sociedade pós-crescimento, os setores renováveis da economia precisam crescer enquanto os fósseis encolhem. Entretanto, no cômputo geral, teremos que contar com taxas de crescimento negativas no longo prazo. Como funcionará uma economia que não cresce e na qual todos têm uma renda menor do que antes? Em termos gerais, há duas respostas para esta pergunta que determinará as próximas décadas, uma reacionária e outra progressista. A primeira consiste em atravessar um período de recessão com crescente desigualdade, exclusão social e mais miséria. A segunda quer investir em um novo modelo de bem-estar que assegure a todos uma vida sem privações, já que se baseia em outro equilíbrio entre economia e sociedade. A resposta progressista não cai do céu. Ela demanda preparativos ao longo dos próximos anos e das próximas décadas. É preciso ter novas infraestruturas para mentalidades modificadas a fim de fortalecer a sociedade em relação ao mercado.

Os chamados bens comuns (em inglês, *commons*), uma instituição antiga, ainda são um traço da realidade atual. As pessoas só podem sobreviver e viver de forma digna se tiverem acesso à natureza, acesso a famílias e amigos, acesso à língua e à cultura. Por mais óbvio que pareça, é difícil encontrar uma linguagem política pública para isso. Quando se fala de economia, os conceitos de mercado e Estado têm uma papel proeminente. Quando se fala de política, lembramos os pólos antagônicos de esquerda e direita. Mas pouca gente fala dos bens comuns, como se não existisse nada importante além do mercado e do Estado. Os conceitos de mercado e Estado surgem como dois vasos comunicantes – muito mercado de um lado, pouco Estado de outro e vive-versa. E, no entanto, os historiadores e antropólogos há muito alertam que a troca de bens via mercado ou Estado só representa duas formas da distribuição de bens, havendo ainda uma terceira, que é a troca no seio de uma comunidade. Enquanto na primeira forma predomina o princípio da competição, a segunda é regida pelo princípio do planejamento e a terceira, pelo da reciprocidade. De forma geral, esses princípios distributivos se mesclam numa sociedade. Entretanto, ao longo dos últimos dois séculos aconteceu algo novo: o princípio da solidariedade vem gradativamente perdendo terreno.

Assim, desde Adam Smith o conflito se concentrou na relação entre mercado e Estado, entre competição e planejamento, enquanto o princípio da reciprocidade se tornou o grande perdedor. Grupos comunitários como famílias, parentes,

vizinhos, redes de amigos, corporações e formas econômicas cooperativadas foram sendo sugadas em um turbilhão de derrota, enquanto ora o mercado, ora o Estado saíam como vencedores.

Em uma sociedade pós-crescimento, o desafio é fazer retroceder essa tendência. Ou melhor: apontá-la para frente. Os bens comuns são outra fonte de bem-estar, além do mercado e do Estado. Assim, os eles formam a base de comunidades sociais, principalmente em quatro níveis.

Primeiro, no nível da natureza, todas as pessoas dependem de água, florestas, solos, águas para pesca, biodiversidade, paisagem, ar, atmosfera e todos os processos vitais incluídos. Enquanto seres biológicos têm direito aos bens naturais, independentemente e antes de qualquer propriedade privada.

Segundo, no nível social, espaços como praças, parques, playgrounds, jardins públicos, além do período de folga, das férias e do tempo livre são pré-condição para a formação de redes sociais.

Terceiro, no que tange à dimensão da cultura, parece óbvio que a língua, a memória, os costumes, o saber fazem parte do equipamento básico para qualquer criação material ou não material. Enquanto seres culturais, os homens se apoiam em seu espírito, em suas habilidades e também no desempenho dos outros.

Finalmente, em *quarto* lugar, no nível digital: produção e troca na Internet funcionam melhor quanto menos barreiras existirem no acesso aos bancos de dados. Para a livre navegação no mundo virtual é importante que os códigos de software, bem como a riqueza dos textos, das músicas e das imagens que se pode acessar não fiquem trancados em razão de exigências exageradas de posse.

Fortalecer os bens comuns exige um novo olhar sobre a economia. O que é propriedade privada? E qual a legitimidade dos proprietários? O que parece ser uma discussão filosófica tem consequências práticas. Se, na definição de propriedade, o conceito do uso não for estritamente separado, nem o pastor que deixa suas ovelhas pastarem ora aqui, ora acolá, nem o usuário da Internet que baixa artigos ou fotos têm qualquer chance.

E o que, afinal, é concorrência? Se concorrer for compreendido como convergir (o significado original da palavra), e não como survival of the fittest (a “sobrevivência do mais capaz”), pequenos comerciantes e especialistas em software podem respirar aliviados. E o que é geração de valor? Se isso significar apenas o valor monetário que se consegue através da venda de mercadorias e serviços, o trabalho em família, pequenos favores feitos a vizinhos, compartilhamento de escritórios e os chamados “peer groups” ficam de fora. E a principal pergunta de todas: o que é, afinal, o dinheiro? É preciso diferenciar se o dinheiro é um meio para facilitar a troca e o crédito ou uma forma de enriquecimento e especulação, sob pena de a economia inteira correr o risco de enfrentar a ameaça de uma catástrofe.

Assim, num outro olhar sobre a economia, aparecem elementos essenciais, que poderiam ser relevantes para uma economia sem crescimento. Isso porque ao lado da economia formal existe uma economia dos relacionamentos que

trata dos elos entre pessoas e não apenas de bens materiais. O arco da economia relacional pode ir de associações tradicionais esportivas ou religiosas até negócios mais clássicos como pequenos comércios e serviços de reparo ou formas pós-modernas como o compartilhamento de automóveis e instalações solares comunitárias. Inclui ainda diversas formas de relacionamento: amizades, grupos de autoajuda, comércio local, serviços na vizinhança, beneficentes ou via Internet. Podemos encontrar formas da economia relacional nos setores mais diversos: alimentação, assistência a idosos e doentes, serviços, demandas cotidianas e nos setores esportivo e de lazer.

No cerne está uma economia que aposta em relações sociais, uma economia do cuidado, do acolhimento. Ela cuida de crianças, jovens, doentes e idosos. Pais, educadores e assistentes sociais se organizam. Naturalmente, aparecem também as dificuldades enfrentadas por uma economia relacional. O trabalho do cuidado, as relações familiares, as comunidades e os prestadores de serviço privados precisam se reorganizar financeira e estruturalmente. Uma tal reorganização terá de reordenar também as relações entre os gêneros, para não eternizar a obsoleta divisão de trabalho hierárquica entre os gêneros. A *care economy*, economia do cuidado, sai dos trilhos e, com ela, todo o conceito da economia relacional, se os homens não participarem da mesma forma que as mulheres. O trabalho do cuidado precisa ser revalorizado política e socialmente. O trabalho pago e o trabalho não-pago terão de ser redistribuídos, não apenas – mas, principalmente – entre os gêneros.

Além disso, a economia relacional apela para outros motivos e outras normas em comparação ao mercado e ao Estado. Certo, há também concorrência, desempenho, rotina e lealdade. Essas qualidades também podem ser parte dos bens comuns, mas jamais poderão substituir voluntariado e auto-organização, cooperação e espírito empreendedor. Seja na construção da Wikipedia ou de jardins comunitários, seja na administração de lares de idosos ou creches, a virtude da cooperação é a maior de todas. Apesar de todas as dificuldades, cooperar vale mais do que concorrer, a curiosidade coletiva é mais valorizada do que um egoísmo que acumula. Tudo o que fazemos com paixão, engajamento e responsabilidade tem mais êxito. Essa antiga sabedoria precisou ser aprendida a duras penas pela economia de administração clássica.

Como pode funcionar uma economia sem crescer? Não pode haver resposta a essa questão sem que se levem em conta as dimensões até agora ocultas do bem-estar, sobretudo, também da chamada “economia do cuidado”. Uma dessas dimensões são os bens comuns sociais, *social commons*. Embora a fortuna privada seja a dimensão do bem-estar mais evidente, todas as outras variantes de riqueza comunitária são pelo menos tão importantes. Nelas está a chance de construir futuramente formas de “economias distributivas” segundo o exemplo da geração de energia distributiva (*distributed energy production*), ou seja, formas de produção local ligadas entre si através da Internet, se necessário, em escala mundial. Antes de mais nada, parece possível conquistar bem-estar com menos dinheiro. Como nos bens comuns os serviços não são prestados por motivos

monetários, e sim por espírito comunitário, interesse comum ou solidariedade. Dessa forma, as demandas podem ser atendidas com menor gasto de dinheiro. Assim como a Wikipedia não poderia ser paga se todos os autores recebessem honorários (ainda que pequenos), pessoas idosas podem se ajudar mutuamente em uma moradia comunitária através de serviços que a Previdência Social jamais poderia pagar. Por isso, reinventar os bens comuns é pré-condição para se construir uma ordem econômica sem crescimento no século XXI.

Bem-estar na diversidade

Desde tempos imemoriais, sempre foi frágil a relação entre dinheiro e felicidade. O dinheiro traz felicidade? Quem tem mais chances de ser feliz, uma pessoa rica ou um pobre? Gerações de sábios tentam descobrir de que forma se pode compatibilizar os objetivos da economia com as demais metas de uma sociedade. Mas depois que o capitalismo financeiro global assumiu o poder sobre a economia, a velha relação entre dinheiro e felicidade se rompeu totalmente. O PIB se dissociou do desenvolvimento do bem-estar. Assim, um PIB elevado pode até mesmo ter efeitos destrutivos sobre o bem-estar. Nem é preciso pensar apenas na natureza. Basta lembrar o que a busca pelo crescimento econômico a qualquer preço fez com as comunidades e as sociedades. Duzentos e trinta anos depois de Adam Smith, que inaugurou a era da economia com sua obra *Uma Investigação sobre a Natureza e as Causas do Bem-estar das Nações (Inquiry Into Nature and Causes of the Wealth of Nations)*, a meta original de qualquer atividade econômica – o bem-estar das nações – se dissipou e se tornou irreconhecível. No entanto – mal dá para acreditar! – não é o acúmulo de lucro ou de poder o verdadeiro objetivo da atividade econômica, e sim o bem-estar dos homens e da natureza. Mas o que seria a “real riqueza”?

A questão do bem-estar voltou à ordem do dia, tanto no Sul quanto no Norte. Se o bem-estar não é igual a crescimento, o que é então? Existem vários projetos de bem-estar? Quais são as metas do bem-estar e quais os meios para a sua realização? Essa é a pergunta elementar que instiga numerosos movimentos sociais, marca o debate público e pode ser encontrada tanto nos institutos de estatística quanto em uma comissão parlamentar. Essa questão tange a discussão em torno da economia verde na Europa e da “civilização ecológica” na China, além de incentivar o debate pela “economia da suficiência” na Tailândia, pela economia “islâmica” e por um *Buen Vivir* nos países andinos. Mas quase nada disso tudo entrou no relatório do PNUMA sobre a economia verde ou nos documentos da Rio+20.

Perguntar pelo bem-estar significa libertar a sociedade de um pedaço da economia. Mais ainda: significa repelir a economia até a “sociedade de mercado” se tornar uma economia de mercado. O filósofo e historiador da economia, o húngaro Karl Polanyi, cunhou essa expressão para afirmar que o equilíbrio entre economia e sociedade precisa ser redefinido. Segundo Polanyi, uma sociedade *tem* uma economia, mas não *é* uma economia. A tênue linha que separa a economia da sociedade sempre foi polêmica e culturalmente codificada. As

diferentes culturas se diferenciam pelo seu entendimento de natureza, trabalho, família, relação entre os gêneros e espiritualidade. Mas todas têm uma coisa em comum: atribuem valor às condições sociais pela categoria “bom ou ruim”, e não só pela categoria “eficiente ou improdutivo”. A primeira diferenciação representa um julgamento moral que é marcado pela história geral que se conta de cada cultura, por sua percepção do tempo e do espaço. A segunda é um julgamento econômico, que atribui valor segundo desempenho, produtividade e capacidade de concorrência. Nesse caso, também se conta uma história de como obter riqueza por meio de bens e poder econômico. A forma de pensar econômica coloniza outros setores da vida, como a educação, a família, o sistema de saúde, a cultura, o lazer, cujas normas e valores não têm muito a ver com eficiência econômica e competitividade. Cada setor tem diferentes conceitos que os guiam, estilos de pensamento e práticas que diferem de acordo com a religião e a cultura. As mentalidades dos setores da vida são marcadas culturalmente e ganham relevância enquanto impulso e ação embora estejam em constante transformação.

Romper o monopólio da narrativa econômica na área pública é o propósito que une milhares de movimentos de oposição do mundo inteiro. No Norte, existem numerosas iniciativas que tentam limitar o domínio da perspectiva economicista. Essas ações remam contra a maré que quer atribuir funções ao trabalho, à educação, ao planejamento urbano, à arte e às relações sociais, ou seja, à vida inteira em nome de mais eficiência econômica. Nesse sentido, não se apoiam em cálculos de custo-benefício, e sim em medidas que dizem respeito a uma vida boa e justa. Não é por acaso que a discussão sobre o conceito de bem-estar está voltando a ocupar nossas mentes. Muita gente acha que o PIB enquanto principal conceito da economia é equivocado e deve ser substituído por outras medidas de bem-estar. Não se pode falar de bem-estar social quando a desigualdade aumenta cada vez mais e a fortuna de um indivíduo é comprada à custa da pobreza de muitos; ou quando a produção de bens agrícolas, de mercadorias e serviços significa um dano aos ecossistemas locais e à biosfera global, como sublinha o relatório do PNUMA sobre economia verde.

Outro plano para breçar a economia é a reordenação dos mercados financeiros. Como dissociá-los da economia real? Delimitar fronteiras claras para o mercado financeiro e dar uma função adequada ao dinheiro: isso se revela cada vez mais como necessidade para uma política que não apenas administra, mas também configura.

Outro campo de ardentes batalhas durante toda a história da industrialização é o trabalho. Os temas de divergência vão do tamanho da jornada à precarização, dos conflitos sobre o trabalho na esteira até os salários e bônus dos altos executivos, mas a questão central é: até que ponto a economia pode se apoderar da vida de uma pessoa? Além disso, a “mãe” de todas as perguntas veio para o primeiro plano: o que define um bom trabalho? Um bom trabalho é uma atividade satisfatória, desafiadora – mas o que seria um trabalho que prejudica as pessoas ou a natureza? Não estamos longe do momento em que se discutirá um bom

trabalho para todos, sem crescimento econômico. Existe uma teoria econômica para isso, sem falar da prática? Um outro conflito sobre os limites da invasão da economia na vida perpassa os setores saúde, relações sociais e educação. A linguagem trai essas mudanças: pacientes se tornam usuários, pessoas carentes viram receptores de benefícios, estudantes viram clientes. Contra essa tendência, muitos querem dar mais valor aos temas do cuidado, do envolvimento, da autonomia. O que é saúde, o que é assistência, o que é educação? Esse tipo de pergunta que se repete diariamente é a matéria da narrativa não econômica. Vamos a um exemplo no ramo do planejamento urbano. O que é uma cidade boa? Para quem existe, para que objetivo? Túneis e perimetrais, centros desertos e o crescimento descontrolado das periferias são temas que definem se o urbanismo é apenas um planejamento econômico ou uma tentativa de criar um ambiente digno para todos os moradores. Como se mede o sucesso de uma reforma urbana, com que critérios estéticos e funcionais? São perguntas intensamente discutidas por toda parte. Cidades são organismos vivos. Se obedecessem apenas ao critério econômico, seriam feias e sem qualidade urbana.

Uma boa cidade é diversa, heterogênea e dinâmica, como é a busca pela vida boa e justa. No Sul também existe essa ideia do bem viver, inserida na cultura local. Mas lá é vista como contraponto ao desenvolvimento econômico convencional. Isso porque a população camponesa das periferias geralmente sofre com o desenvolvimento. Ela paga o preço do crescimento econômico. Enquanto o governo e o setor privado, as classes médias urbanas e as elites rurais tocam o desenvolvimento para frente, o campo, o espaço vital e as tradições culturais da população indígena, os pequenos camponeses e os pescadores ficam sob pressão. Barragens são construídas e expulsam povos nativos, a agricultura industrializada reduz as chances de mercado dos pequenos camponeses, fábricas de peixe flutuantes marginalizam pescadores locais, supermercados afundam pequenos comerciantes. O crescimento econômico muitas vezes mostra traços canibalescos. Devora a natureza e as pessoas, produzindo resíduos e poluição de todo o tipo. O lado brilhante do desenvolvimento tem uma outra face sombria de expulsão e desapropriações. Esta é a razão pela qual, ao lado da riqueza, o crescimento econômico também produz pobreza regularmente.

Por esse motivo, o movimento do *Buen Vivir* pode ser proclamado como objetivo comum. Surgido entre os indígenas do planalto andino, o movimento já abarcou camadas urbanas e muitos países. O *Buen Vivir* foi integrado às novas Constituições do Equador (2008) e da Bolívia (*Vivir Bien*, 2009). Os significados do *Buen Vivir* se diferenciam, mas existem cinco elementos comuns.

Primeiro, a boa vida é compreendida como contraponto a um desenvolvimento não linear e que vem de cima para baixo. Neste aspecto, o desenvolvimento não é visto apenas como processo socioeconômico, mas também mental. O que se almeja é nada menos do que uma “descolonização” da imaginação.

Segundo, existem diversas narrativas do *Buen Vivir*, dependendo da tradição cultural. Existem até diferentes nações (a Constituição boliviana fala do Estado “plurinacional”) com sua língua e história próprias, formas sociais e adequação

às condições naturais. A diversidade biológica condiciona a diversidade cultural e vice-versa.

Terceiro, é uma narrativa comunitária a que enfatiza as relações com os outros, com o cosmos e o mundo dos animais e das plantas em vez de partir do indivíduo, como ocorre na tradição ocidental. *Buen Vivir* significa poder conviver em harmonia com todos à volta, seres humanos e natureza.

Quarto, cultivar coletivamente as florestas, os solos e as sementes. O trabalho coletivo e as máquinas também são bens comuns. As regras sociais e as tecnologias podem até se transformar, mas condicionadas pela comunidade.

Finalmente, *em quinto lugar*, a natureza é a base de sobrevivência para os seres humanos e eles são parte da comunidade de todos os seres vivos. Montanhas e rios, plantas e animais são considerados sujeitos vivos com os quais se pode dialogar.

É preciso dizer que o movimento do *Buen Vivir* está entrando cada vez mais em conflito com os governos, mesmo nos casos em que, no plano das ideias, está próximo deles. Contra todas as premissas, a velha constelação não mudou. A população indígena e seu espaço vital acabam pagando pelo desenvolvimento das cidades e da força econômica da nação. Os conflitos em torno da mineração e de reservas de petróleo, batalhas em torno da construção de estradas e do desmatamento estão na ordem do dia. O desenvolvimento enquanto crescimento continua sendo a estratégia dominante. O espaço vital das montanhas e a selva dos indígenas serve para extrair matérias-primas como ouro, minério de ferro, óleo, lítio, sendo que até os governos simpáticos ao *Buen Vivir* não deixam de ficar atentos aos déficits dos orçamentos públicos e às oportunidades de acumulação da economia mundial.

No mundo asiático, especialmente no Butão, na Tailândia e países vizinhos, há correntes semelhantes contra o pensamento desenvolvimentista convencional. Onde sobrevive a tradição budista cresce o interesse nos temas da nova economia. Ativistas e líderes comunitários tentam criar uma *sufficiency economy*, expressão sagrada pela realeza na Tailândia e que ascendeu para a linguagem oficial do governo no período depois do primeiro-ministro Thaksin (2001-2006).

O conceito da economia da suficiência está enraizado na forma como o Budismo encara o homem, recomendando sempre buscar o caminho do meio, entre escassez e luxo, tradição e modernidade. A atividade econômica precisa seguir critérios razoáveis, levando sempre em conta as consequências de longo prazo para o meio ambiente e a sociedade. Enquanto estrutura econômica, atribui-se um grande valor à resiliência, ou seja, a capacidade de se opor a transformações drásticas e catástrofes.

Assim como o movimento *Buen Vivir*, a economia da suficiência está permeada de fortes restrições contra a economia dominante com sua prioridade pelo lucro e sua indiferença em relação à natureza e às pessoas. Na busca pela “economia da permanência”, para citar (o economista indiano e seguidor de Ghandi) J.C.Kumarappa, a economia verde tem muito a aprender com a crítica às certezas econômicas, no hemisfério norte como no sul.

BIBLIOGRAFIA

- Altwater, Elmar (2012): Zerstobene Verheißung: Finanz- und Naturkrisen 20 Jahre nach Rio (*Promessas dissipadas, as crises financeira e da natureza 20 anos depois da Rio-92*), in: *Informationsbrief Weltwirtschaft und Entwicklung*, W&E-Hintergrund, fevereiro de 2012.
- Brunnengräber, Achim/Haas, Tobias (2012): Rio+20: Die grüne Beliebigkeit (*Rio+20, a aleatoriedade verde*), in: *Blätter für deutsche und internationale Politik*, 2/2012, p. 15-18.
- Bundesministerium für Bildung und Forschung (2010): Nationale Forschungsstrategie BioÖkonomie 2030. Unser Weg zu einer bio-basierten Wirtschaft, Bonn und Berlin (*Estratégia nacional de pesquisa BioEconomia 2030, o nosso caminho para uma economia bio-baseada*); www.bmbf.de/pub/biooekonomie.pdf (2.5.2012).
- Dröge, Susanne/Simon, Nils (2011): Green Economy: Vision mit begrenzter Reichweite (*Green Economy, visão de alcance limitado*), SWP-Aktuell 19, Berlin.
- Fatheuer, Thomas (2011): Buen Vivir – Recht auf ein gutes Leben (*Bem Viver, direito a uma vida boa*), Série Ökologie da Fundação Heinrich Böll, v. 17, Berlin.
- Gudynas, Eduardo (2011a): Buen Vivir. Today's tomorrow. *Development*, 54 (4), p. 441-447.
- Gudynas, Eduardo (2011b): Neo-Extraktivismus und Ausgleichsmechanismen der progressiven südamerikanischen Regierungen (*Neoextrativismo e mecanismos de compensação nos governos progressistas sul-americanos*), in: *Kurswechsel* 3/2011, p. 69-80.
- Heinrich-Böll-Stiftung (2002): Das Jo'burg-Memo. Memorandum zum Weltgipfel für Nachhaltige Entwicklung (*O memorando de Joanesburgo sobre a reunião de cúpula para desenvolvimento sustentável*), Berlin.
- Heinrich-Böll-Stiftung und ETC Group (2012): Interactive Dialogue on Harmony with Nature. Who will control the Green Economy (no prelo).
- Heinrich-Böll-Stiftung und WWF Deutschland (2011): How to Feed the World's Growing Billions. Understanding FAO World Food Projections and Their Implications, abril 2011; <http://www.boell.de/downloads/2011-05-How-to-feed-the-Worlds-growing-billions.pdf>.
- Helfrich, Silke/Kuhlen, Rainer/Sachs, Wolfgang/Siefkes, Christian (2010): Gemeingüter – Wohlstand durch Teilen (*Bens comuns: o bem-estar através do compartilhamento*), org. Fundação Heinrich Böll, Berlin.
- Helfrich, Silke/Heinrich-Böll-Stiftung (org.) (2012): Commons. Für eine Politik jenseits von Markt und Staat (*Commons, por uma política além do mercado e do Estado*), Bielefeld.
- Jackson, Tim (2011): Wohlstand ohne Wachstum – Leben und Wirtschaften in einer endlichen Welt (*Bem-estar sem crescimento, vida e economia em um mundo finito*), org. Heinrich-Böll-Stiftung, Munique.
- Madlener, Reinhard/Alcott, Blake (2011): Herausforderungen für eine technisch-ökonomische Entkoppelung von Naturverbrauch und Wirtschaftswachstum. Unter besonderer Berücksichtigung der Systematisierung von Rebound-Effekten und Problemverschiebungen

- (*Desafios para uma dissociação técnico-econômica entre consumo natural e crescimento econômico*), Enquete-Kommission “Wachstum, Wohlstand, Lebensqualität” des Deutschen Bundestages, versao final de 7/12/ 2011.
- Martens, Jens (2012): Rio+20. Die UN-Konferenz für Nachhaltige Entwicklung 2012. Hintergründe – Konflikte – Perspektive (*A Conferência da ONU para desenvolvimento sustentável 2012. Bastidores, conflitos, perspectivas*) org. Global Policy Forum Europa, Bonn.
- McKinsey Global Institute (2011): McKinsey Sustainability & Resource Productivity Practice, Resource Revolution: Meeting the World’s Energy, Materials, Food, and Water Needs, novembro de 2011.
- Mittler, Daniel (2011): Vorwärts zur Green Economy? (*Avante rumo à economia verde?*), in: Rundbrief Forum & Entwicklung, 3/2011, p. 8-9.
- OCDE (2011a): Rumo ao crescimento sustentável. Sumário executivo, maio 2011.
- OECD (2011b): Towards Green Growth, May 2011, OEDC.
- Sachs, Wolfgang (2002a): Von Rio nach Johannesburg – mit einem Umweg über New York, 11. September 2001 (*Do Rio a Joanesburgo, passando por Nova York em 11 de setembro de 2001*, Wuppertal Paper nr. 119, marco de 2002, Wuppertal.
- Sachs, Wolfgang (2002b): Nach uns die Zukunft. Der globale Konflikt um Gerechtigkeit und Ökologie (*Depois de nós, o futuro. O conflito global por justiça e ecologia*), Frankfurt a.M.
- Santarius, Tilman (2012): Der Rebound-Effekt. Über die unerwünschten Folgen der erwünschten Energieeffizienz (*O efeito-rebote. Sobre as conseqüências indesejadas da desejada eficiência energética*), Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie (org.), marco de 2012, Wuppertal.
- Succow, Michael (2009): “Es geht nicht um die Natur” (Não se trata apenas da natureza), entrevista com Michael Succow em *ZeitOnline*, 3 de junho de 2009; <http://www.zeit.de/zeitwissen/2008/03/Interview-Succow> (2/5/2012).
- The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) (2011): Mainstreaming the Economics of Nature: A Synthesis of the Approach, Conclusions and Recommendations of TEEB. United Nations Development Programme (UNDP) (2007): Thailand Human Development Report 2007: Sufficiency Economy and Human Development, Bangkok.
- UNEP (2011): Towards a Green Economy – Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication, Nairobi.
- Unmüßig, Barbara (2012a): Grüne Ökonomie – die neue Zauberformel? Erwartungen an die Rio+20 Konferenz (Economia verde, nova fórmula mágica? Expectativas em relação à Rio+20), in: *Zeitschrift Vereinte Nationen*, ed. 1/2012, ano 60, p. 3-9.
- Unmüßig, Barbara (2012b): Anlauf zur Rettung des Planeten? (*Corrida para salvar o planeta?*), in: *E+Z*, 4/2012, p. 166-168.
- White House, The (2012): National Bioeconomy Blueprint, abril 2012; http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/microsites/ostp/national_bioeconomy_blueprint_april_2012.pdf (2/5/2012).
- Wichterich, Christa (2012): *Die Zukunft, die wir wollen – Eine Feministische Perspektive (O futuro que queremos, uma perspectiva feminista)*, Fundação Heinrich Böll, Berlim.
- Wissenschaftlicher Beitrag für Globale Umweltveränderungen (WBGU) (2011): Welt im Wandel: Gesellschaftsvertrag für eine Große Transformation (*Mundo em transição, contrato social por uma grande transformação*). Hauptgutachten 2011, Berlim.

Wuppertal Institut (2008), Zukunftsfähiges Deutschland in einer globalisierten Welt (*Alemanha do futuro em um mundo globalizado*), org BUND, eed, Brot für die Welt, Frankfurt.
WWF Deutschland (2011): Fleisch frisst Land (*Carne devora terras*), Berlin.



Desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992, todas as importantes tendências ambientais pioraram. Até hoje, a política e a economia pouco são influenciadas por mudanças climáticas, perdas na biodiversidade ou escassez de recursos. A ideia do crescimento infinito como saída para a pobreza e a crise financeira não é con-

testada e faz parte do conceito de economia verde. Entretanto, nem tudo o que é "verde" e eficiente é também ecologicamente sustentável e socialmente justo. Este ensaio propõe uma política do "menos", um bem-estar com moderação, que garante recursos naturais suficientes para todas as pessoas terem uma vida digna e sem miséria na Terra.

Fundação Heinrich Böll
A Fundação Política Verde

Rua da Glória, 190, sala 701, Glória, CEP 20.241-180, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

T + 55 21 3221 9900 **F** + 55 21 3221 9922 **E** info@br.boell.org **W** www.br.boell.org

ISEN 978-85-62669-04-0